



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS XII
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**RENATA BATISTA DE SOUZA
TALITA DA SILVA SOUZA**

**O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS
MATRICULADAS NA EJA NO MUNICÍPIO DE MATINA/BA**

Guanambi-BA
2025

RENATA BATISTA DE SOUZA
TALITA DA SILVA SOUZA

**O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS
MATRICULADAS NA EJA NO MUNICÍPIO DE MATINA/BA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia (*Campus XII*) como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria de Fátima Pereira Carvalho

Linha de pesquisa: Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE).

Guanambi-BA
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

S729I

Souza, Renata Batista de

O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DE MULHERES
CAMPONESAS MATRICULADAS NA EJA NO MUNICÍPIO DE
MATINA/BA / Renata Batista de Souza, Talita da Silva Souza.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria de Fátima Pereira Carvalho. Carvalho.
Guanambi, 2025.

74 p.

TCC (Graduação - Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia.
Guanambi. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Mulheres Camponesas. 2.Educação de Jovens e Adultos.
3.Escolarização. 4.Relações de Gênero. I. Souza, Talita da Silva. II.
Carvalho,Prof.^a Dra. Maria de Fátima Pereira . III. Universidade do
Estado da Bahia. Guanambi. IV. Título.

CDD: 374



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS XII
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

FOLHA APROVAÇÃO

**RENATA BATISTA DE SOUZA
TALITA DA SILVA SOUZA**

**O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS
MATRICULADAS NA EJA NO MUNICÍPIO DE MATINA/BA**

Defesa apresentada na Universidade do estado da Bahia/Campus XII, como requisito parcial à obtenção de grau de Licenciatura Pedagogia. Linha de Pesquisa: Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE).

Aprovado em 07 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARIA DE FATIMA PEREIRA CARVALHO
Data: 23/07/2025 12:56:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Pereira Carvalho (Orientadora)

Documento assinado digitalmente



DOMINGOS RODRIGUES DA TRINDADE
Data: 23/07/2025 07:37:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Domingos Rodrigues da Trindade

Documento assinado digitalmente



SONIA MARIA ALVES DE OLIVEIRA REIS
Data: 23/07/2025 09:25:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Sonia Maria Alves de Oliveira Reis

Guanambi-BA
2025

Dedicamos este trabalho a todas às mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos que, apesar das lutas e desafios diários, nunca deixam de sonhar e acreditar que a educação transforma vidas.

AGRADECIMENTOS

(Renata Batista de Souza)

Agradeço primeiramente ao meu pai Renato e a minha mãe Edinalva que, acima de tudo, me apoiaram constantemente nessa jornada em busca da formação acadêmica, e que, mesmo com os desafios, não me deixaram desistir. Acima de tudo, agradeço a Deus pela dádiva da vida e pelas forças para sempre continuar.

A todos os meus familiares e amigos que, mesmo de longe, torceram e acreditaram em mim.

A minha parceira e dupla de TCC, Talita Silva, que compartilhou comigo todas as angústias e os frutos que surgiram da nossa dedicação em chegar a este resultado.

A minha orientadora, Dra. Maria de Fátima, pelo afeto e dedicação em orientar e nos direcionar em todas as etapas de elaboração desta pesquisa e incentivo em sempre buscar o nosso melhor.

Aos demais colegas de curso que também estiveram presentes nessa jornada acadêmica, deixando os momentos difíceis mais leves com conversas, acolhimentos e risadas em momentos descontraídos.

Às colaboradoras desta pesquisa, mulheres camponesas da EJA, detentoras de sonhos, que nos proporcionaram histórias de vida que contribuíram de forma significativa para a elaboração deste projeto.

E à Universidade do Estado da Bahia Campus XII, pela oportunidade de cursar Pedagogia e poder levar conhecimento a outras crianças que, assim como eu fui, são cidadãos com direito de se alfabetizar.

Minha eterna Gratidão!

AGRADECIMENTOS

(Talita da Silva Souza)

Agradeço primeiramente a Deus, pela graça de trilhar uma jornada acadêmica repleta de oportunidades, conquistas, saúde e aprendizado.

Aos meus pais, Elisandra e Edivaldo, meu profundo agradecimento pelo apoio incondicional em cada decisão, pelas inúmeras idas e vindas à faculdade, e por todo amor, dedicação e ensinamentos ao longo da vida.

Aos meus tios, Anair e Valdir, que me acolheram com tanto carinho e cuidado durante três anos e meio em sua casa, sem vocês esse percurso teria sido muito mais difícil. Minha gratidão é imensa.

A minha avó Sirleide, que sempre esteve ao meu lado, torcendo e contribuindo com sua presença amorosa.

Ao meu noivo, Kaique, por todo suporte, companheirismo e incentivo ao longo desses anos, obrigada por caminhar comigo.

Aos meus irmãos, Jelson e Ângela, que sempre estiveram presentes com amor e apoio.

Aos colegas de curso, com carinho especial a Jeane e Marleide, que tornaram essa trajetória mais leve, alegre e especial.

A minha parceira de jornada, Renata Batista, por compartilhar comigo esse trabalho tão bonito, nossa parceria foi fundamental.

Às mulheres camponesas da EJA, colaboradoras desta pesquisa, meu mais sincero agradecimento. Sou eternamente grata por cada contribuição, por cada história e por toda confiança depositada em mim.

A minha orientadora, Dra. Maria de Fátima Pereira Carvalho, por acreditar em meu potencial, abrir portas e enriquecer meu percurso com confiança, afeto e sabedoria por meio dos projetos de pesquisa e extensão. Fátima, receba meu gesto mais sincero de gratidão.

À Universidade do Estado da Bahia Campus XII, pela oportunidade de fazer parte dessa instituição que acolhe tantos sonhadores em busca do ensino superior.

E, por fim, a todos os familiares e amigos que mesmo à distância, torceram por mim em cada etapa.

Minha eterna gratidão!

RESUMO

Este estudo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que objetiva analisar o lugar da escolarização na vida das mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA. Neste contexto, utilizou-se como percurso metodológico a abordagem de pesquisa qualitativa e a entrevista semiestruturada com seis participantes residentes no campo e inseridas na EJA, com o intuito de compreender as vivências compartilhadas por elas em relação às suas trajetórias na escolarização e se esta faz parte dos seus projetos de vida. A pesquisa fundamenta-se nos referenciais de Beauvoir (2019), Louro (1997), Carvalho (2021), Freire (1989), Eiterer (2014), Haddad (2013), dentre outros. Espera-se, com o estudo, erguer um extrato sobre as discussões relacionadas à temática em pauta nos últimos anos, além de entender como se dá a presença das mulheres camponesas na EJA, através de uma análise bibliográfica com estudos já publicados sobre o tema. O referencial teórico desenvolvido também aborda os principais pontos acerca das modalidades de ensino que fazem parte da realidade das participantes da entrevista, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, como meio de contextualizar suas realidades enquanto mulheres, estudantes e camponesas. Os resultados da pesquisa revelam a realidade vivenciada por elas até à época da pesquisa, os desafios enfrentados dentro das relações de gênero em uma sociedade patriarcal, os motivos que as levam a buscar a EJA e as razões pelas quais abandonaram a escola anteriormente. Por fim, a pesquisa apresenta que a realização de sonhos e a busca por independência são os principais fatores que impulsionam a retomada das mulheres camponesas à escolarização, a qual se mostra uma ferramenta eficaz utilizada por essas mulheres na superação das desigualdades sociais existentes.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas; Educação de Jovens e Adultos; Escolarização; Relações de Gênero.

ABSTRACT

This study is a Final Course Work (TCC) in Pedagogy, from the State University of Bahia (UNEB), which aims to analyze the place of schooling in the lives of rural women enrolled in EJA (Youth and Youth Education) in the municipality of Matina, Bahia. In this context, a qualitative research approach and semi-structured interviews with six participants residing in the countryside and enrolled in EJA were used as methodological paths. The aim was to understand the experiences shared by them in relation to their trajectories in schooling and whether this is part of their life projects. The research is based on the frameworks of Beauvoir (2019), Louro (1997), Carvalho (2021), Freire (1989), Eiterer (2014), Haddad (2013), among others. The study aims to provide an overview of the discussions surrounding this topic in recent years, as well as to understand the role of rural women in EJA (Youth and Adult Education) through a bibliographic analysis of previously published studies on the topic. The theoretical framework also addresses key points regarding the educational modalities that are part of the interview participants' reality—Youth and Adult Education and Rural Education—as a means of contextualizing their realities as women, students, and rural women. The research results reveal the reality they experienced up to the time of the study, the challenges faced within gender relations in a patriarchal society, the reasons that led them to pursue EJA (Youth and Adult Education), and the reasons why they previously dropped out of school. Finally, the research shows that the realization of dreams and the search for independence are the main factors driving rural women's return to schooling, which proves to be an effective tool used by these women to overcome existing social inequalities..

Keywords: Peasant Women; Youth and Adult Education; Schooling; Gender relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções Científicas do GT03 na ANPED (2013-2023)	19
Quadro 2 – Produções Científicas do GT06 na ANPED (2013-2023)	20
Quadro 3 – Produções Científicas do GT18 na ANPED (2013-2023)	20
Quadro 4 – Produções Científicas da Revista <i>Comciência Multidisciplinar da UNEB-Campus XII</i>	21
Quadro 5 – Produções Científicas do Periódico da CAPES	22
Quadro 6 – Produções Científicas da Revista Brasileira de Educação do Campo.....	23
Quadro 7 – Trabalhos analisados	23
Quadro 8 – Organização das produções por categorias	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BA- Bahia

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CAPES- Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DCRB- Documento Curricular Referencial da Bahia

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EPJAI - Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas

GT- Grupos de Trabalhos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MMC- Movimento das Mulheres Camponesas

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PNAD contínua- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PTDS- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável

TCC- Trabalho de conclusão de curso

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

UFG- Universidade Federal de Goiás

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA- Universidade Federal do Pará

UFPEl- Universidade Federal de Pelotas

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 O PLANTIO DA SEMENTE DE ALGODÃO	10
2 A COLHEITA DO ALGODÃO: POR ONDE ANDAMOS	13
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	15
2.2 UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.2.1 O impacto das relações de gênero na vida de mulheres camponesas	26
2.2.2 O reflexo das relações étnico-raciais na escolarização de mulheres camponesas	29
2.2.3 Escolarização e mundo do trabalho.....	30
2.2.4 Mulheres camponesas e Movimentos Sociais.....	32
3 O FIAR DO ALGODÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	35
3.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS INSERIDAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	38
3.2 A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS.....	39
4 TECENDO DIÁLOGOS COM MULHERES CAMPONESAS INSERIDAS NA EJA	41
4.1 DO DIREITO À EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO PARA AS MULHERES DA EJA: “NO MEU TEMPO NÃO TINHA ESCOLA IGUAL TEM HOJE”	41
4.2 ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS E O MUNDO DO TRABALHO: “NA ÉPOCA QUE ERA PRA NÓS TER ESTUDADO, A GENTE TINHA QUE TRABALHAR”	44
4.3 DESAFIOS E INTERRUPTÕES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES CAMPONESAS: “ANTIGAMENTE EU NÃO CONSEGUI PORQUE ERA TRABALHO NA ROÇA, CUIDAVA DA CASA, ERA PRA TUDO”	46
4.4 O IMPACTO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA VIDA DA MULHER DO CAMPO: “VOCÊ ENTRA NUM LUGAR, A PESSOA OLHA PRA VOCÊ DIFERENTE. JÁ ACONTECEU COMIGO”	48
5 A SEMENTE DE UM SONHO: PROJETOS DE VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS	50
5.1 O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO: “É PORQUE SEMPRE EU TIVE O SONHO DE FORMAR”	50
5.2 A BUSCA PELA INDEPENDÊNCIA COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS: “O MOTIVO QUE ME FEZ VOLTAR PARA A ESCOLA, É PORQUE A GENTE ENCONTRA MUITA DIFICULDADE[...] É TUDO NO APLICATIVO, A GENTE NÃO SABE MEXER”	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A TECITURA DOS ACHADOS	54

REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	63
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	63
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	66
APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	64

1 O PLANTIO DA SEMENTE DE ALGODÃO

*“Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer”
(Marina Colasanti)*

Tecer diálogos sobre o lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas é para nós, autoras deste trabalho e sementes do campo, reviver histórias, sonhos, desejos e desafios de milhares de Marias do Brasil. Mulheres que plantam a esperança de um futuro melhor, e visam a colheita através da escola. O processo da arte do fiar e do tear, aqui escolhido como título dos capítulos de nossa monografia, foram baseados a partir da história “A moça tecelã” de Marina Colasanti, além disso, essa arte faz parte de um saber ancestral de nossas bisavós, avós, mães e as participantes da pesquisa. Estas, na impossibilidade de estudar, deixaram transparecer, durante a entrevista, que seus sonhos eram fiados e guardados para si mesmas.

Partindo desse pressuposto, ao dialogar sobre o cenário educacional no século XXI, compreendemos que nos últimos anos, graças às lutas e movimentos em prol de mudanças na educação, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹ (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas² (MMC), dentre outros, muitos conseguem ter acesso à educação proporcionada pela escola e por outras instituições, todavia, nem sempre isso ocorre de forma igualitária para todos e todas (Arroyo, 2017).

Por mais que existam leis que asseguram o direito à escolarização, o analfabetismo existente na sociedade brasileira não ocorre por acaso: de acordo com Araújo (2012), ele é fruto das contradições econômicas que são respaldadas nas situações de pobreza em algumas regiões do país, o que resulta em uma estrutura social altamente injusta.

Ainda que no contexto atual as taxas de analfabetismo tenham diminuído, conforme evidencia o último censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹ “O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores” (Caldart, 2001, p. 207)

² “O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é composto por mulheres que pertencem à classe trabalhadora e lutam pelo fim de toda e qualquer forma de violência, opressão e exploração contra a mulher e pela igualdade de direitos. Elas se identificam pela produção de alimentos saudáveis, construção de um projeto de agroecologia, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, construção de novas relações sociais e de gênero e por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e dos camponeses” (Souza; Reis, 2023, p. 219).

(IBGE), quando aponta que no número de analfabetos de 15 anos ou mais teve uma queda, visto que no ano de 2010 a média era 9,6% e em 2022 caiu para 7%, as desigualdades no acesso à escola ainda permanecem, principalmente quando se trata de homens e mulheres de classes populares, advindos de periferias e moradores do campo. Além disso, podemos notar uma disparidade no acesso à educação baseada em diferenças raciais através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (2024), os quais evidenciam que os brancos tinham em média, 10,8 anos de estudo em 2023, enquanto os negros tinham 9,2 anos, isto é, 1,6 anos a menos, o que faz com que a população negra lidere a taxa de analfabetismo no país.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou dialogar mais especificamente sobre a vida de mulheres camponesas estudantes da EJA e pertencentes a classes populares, também vítimas da negação do direito à escolarização, e muitas vezes subalternizadas e invisibilizadas por questões raciais, patriarcais e de gênero na sociedade (Carvalho, 2021). Acreditamos que este trabalho, tanto no meio social quanto no acadêmico, abrirá caminhos para discussões mais pertinentes na luta por direitos educacionais na EJA, no campo e nos estudos sobre gênero, uma vez que tais modalidades acometem um grupo social interseccionado por desigualdades sociais históricas.

Nessa conjuntura, a proposta de pesquisa em pauta nasce das entrelinhas de nossa participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos na Universidade do Estado da Bahia *Campus XII*. Mediante à Iniciação Científica e participação no projeto “A Inserção dos/as estudantes de pedagogia em turmas de educação de jovens e adultos e educação no/do campo: práticas de pesquisas e espaços de formação”, nos aproximamos da realidade dos alunos da EJA, sobretudo das mulheres camponesas. Suas trajetórias de vida e de escolarização, realidade das nossas mães e de outras tantas mulheres de nossas famílias e das comunidades vizinhas do município pesquisado, nos impulsionou a desenvolver esse estudo. Pessoas que precisaram reprimir o desejo em estar na escola devido às jornadas de trabalho no campo ou na cidade, gravidez, cuidado com os/as filhos/as e/ou irmãos e até mesmo dificuldades de locomoção (Souza; Carvalho, 2024). Por meio da convivência com essas mulheres foi possível perceber o desejo expresso por elas em retornarem aos estudos, já que por algum motivo no passado não puderam estudar. Essa retomada é feita por meio da modalidade EJA.

Considerando a localidade de Pichico³ onde foi realizada a pesquisa, uma comunidade localizada no campo, procuramos estabelecer uma relação entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, duas modalidades que fazem parte da realidade dessas mulheres, e,

³ Nome da comunidade camponesa do município de Matina-BA.

assim, compreender o meio em que estão inseridas, bem como a trajetória de formação escolar de cada uma delas até a sua inserção na EJA à época da pesquisa. A partir disso, buscamos dialogar com o objetivo geral deste trabalho: analisar o lugar da escolarização na vida das mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA. De acordo com o perfil das seis mulheres, que será descrito posteriormente, e o tema supracitado, há a possibilidade de diversas indagações, dentre elas: Quais fatores contribuíram para que as mulheres de origem camponesas deixassem a escola em suas juventudes? Qual o sentido da escola em suas vidas depois de tanto tempo?

Diante desses questionamentos, para descrever as trajetórias, experiências e traçar o perfil destas mulheres, utilizamos a abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, com uso da análise documental e entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados. Procuramos nos basear nos referenciais teóricos de Arroyo (2005; 2017), Caldart et al. (2012), Carvalho (2021), Freire (1989), Hadad (2013), Louro (1997), Marques (2019), Molina (2004), Reis e Eiterer (2023), e Silva (2022), bem como as entrevistas realizadas, a fim de responder nossa pergunta de pesquisa: “Qual o lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina – BA.

2 A COLHEITA DO ALGODÃO: POR ONDE CAMINHAMOS

“Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte” (Marina Colasanti)

Neste capítulo, contextualizaremos o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento deste trabalho. Pensando a colheita do algodão, escolhas das linhas, traços e fios, esses elementos se configuram aqui como os materiais e métodos utilizados para desenhar o horizonte da pesquisa enquanto projeto.

O trabalho de conclusão de curso foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, caracterizada por Minayo, Deslandes e Gomes (2009) como meio de entender a realidade social dos sujeitos a partir da escuta de suas vivências compartilhadas, vindas de suas crenças, valores e atitudes, em busca dos significados das experiências vividas por cada um/a deles/as.

Com o objetivo de traçar o perfil das mulheres camponesas inseridas na Educação de Jovens e Adultos em uma escola do campo, o lócus da pesquisa trata-se de uma escola de pequeno porte localizada em uma comunidade camponesa do município de Matina-BA, cidade pertencente ao Território de Identidade Velho Chico⁴.

A escolha da escola se deu por ser a única⁵ instituição localizada no campo que oferta a modalidade EJA na referida cidade, além disso, está próxima da residência das pesquisadoras, o que ainda despertou a escolha dos sujeitos desta pesquisa, mais precisamente o público feminino, visto que é de nosso interesse compreender, de algum modo, o motivo pelo qual muitas mulheres do campo, matriculadas na modalidade EJA, não deram continuidade aos estudos na infância/juventude.

⁴ De acordo com Ribeiro e Oliveira (2015), surge na Bahia no ano de 2007 uma política de divisões que visavam maior desenvolvimento cultural, social e econômico em cidades do território baiano. Sendo assim, surgem neste mesmo ano os 27 territórios de identidade da Bahia. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS (2010), o território Velho Chico é formado por 16 municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, que seguem o médio do rio São Francisco, com predominância do clima semiárido, favorecendo o setor econômico que é voltado para: mandiocultura, apicultura, bovinocultura, caprinocultura e piscicultura.

⁵ De acordo com a sinopse estatística do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP no ano de 2023, o município de Matina-BA conta com três instituições escolares que ofertam a modalidade EJA sendo duas localizadas na cidade, estadual e municipal, e uma no campo pertencente a rede municipal. Ademais, é necessário frisar que, com as novas políticas educacionais para EJA, a exemplo do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, aderido pelo Município Matina-BA, novas turmas surgiram nas comunidades camponesas, a exemplo a turma da comunidade de Larges, instituída em julho de 2025 (dados fornecidos pela secretária da EJA do município de Matina-BA).

Para a seleção das participantes, empregamos os seguintes critérios: estar matriculada na modalidade EJA, na etapa do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e/ou Finais), ser camponesa e residir no campo durante a pesquisa.

Deste modo, ao realizar a visita à escola, utilizamos como primeiro instrumento de coleta de dados a análise documental, identificada por Nasser (2012) como uma fonte de análise importante para quem realiza pesquisas nas ciências humanas, em que é possível revisar atividades humanas documentadas em um passado recente, além de podermos observar o processo de evolução dos indivíduos. Assim, analisamos as fichas individuais das estudantes, o Projeto Político Pedagógico da escola, a proposta curricular do município dialogando com os dados disponíveis na sinopse do INEP (2024).

Após esta primeira análise, 6 das 22 mulheres matriculadas na EJA, na segunda etapa da educação básica (Anos Iniciais do Ensino Fundamental), com idades entre 45 e 60 anos, se encaixaram nos critérios da pesquisa, além disso, consideramos a proximidade das comunidades dessas estudantes com a das pesquisadoras, visto que havia estudantes residentes de comunidades distantes, o que dificultava o acesso para a realização das entrevistas semiestruturadas.

Como mencionado, fizemos uso também da entrevista que, para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), se caracteriza como uma técnica privilegiada de comunicação, sendo um instrumento necessário para quem opta pela pesquisa através do trabalho de campo em que se estabelece um diálogo em busca de um objetivo. Diante disso, optamos pela entrevista semiestruturada que, ainda segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009), faz uma combinação de perguntas fechadas e abertas, que dá a possibilidade de um diálogo mais amplo, que pode ser direcionado por uma ou mais perguntas. Por meio de uma conversa realizada na escola e nas redes sociais como o *WhatsApp*, ficou definido que as entrevistas com as estudantes aconteceriam na residência de cada uma, para não prejudicar o tempo de aula e, segundo elas, para ter melhor privacidade, assim, as entrevistas com todas elas aconteceram em dois dias (outubro de 2024). É importante ressaltar que as seis mulheres residem em uma única comunidade camponesa, a qual apresenta um número considerável de estudantes que retomaram aos estudos nos últimos três anos.

Em relação ao tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 96), que compreende que as etapas de uma análise tanto “para inquérito sociológico ou para experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos”: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados e a inferência e interpretação.

Nesse sentido, de acordo com a ordem proposta, realizamos, de início, a exploração do material mediante uma revisão bibliográfica para sistematizar as ideias iniciais sobre o tema, e, em seguida, exploramos e organizamos o material coletado a partir das técnicas de codificação, a exemplo das categorias de análises, como: as relações de gênero, questões étnico-raciais e de trabalho, dialogadas no decorrer do texto a partir das interferências e interpretações com o referencial teórico e os achados da pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

Nesta seção, será feita a caracterização do lócus e sujeitos que fizeram parte da construção dos resultados deste estudo. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola localizada na comunidade de Pichico, zona rural do município de Matina-BA, pertencente ao território de identidade do Velho Chico.

O município de Matina transita entre dois Territórios de Identidade do Estado da Bahia, a saber: o Sertão Produtivo e o Território da Cidadania do Velho Chico. Esta característica torna peculiar a leitura a ser feita dos aspectos históricos, geográficos, demográficos, socioeconômicos e culturais do município, bem como de propostas que visam atender à sua população (Matina, 2020, p. 12).

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal de Matina (2020), a origem do município está naturalmente ligada à determinação da população em construir e estabelecer uma identidade, de forma que, ao mesmo tempo em que se constroem histórias coletivas, se estabelece a identidade de cada um, configurando a região de Matina. Em virtude do desmatamento realizado na região para a construção de moradias, o local que inicialmente se chamava Mata, desde o final da década de 1830, passou a ser chamado de Matinha, devido à diminuição de madeiras de grande porte que havia na região. Mais tarde, por intermédio do farmacêutico Hermenegildo Cardoso de Castro, juntamente com a administração municipal de Riacho de Santana, da qual Matina era 2º Distrito, passou a ser chamada de Matina. O início de seu povoado, segundo alguns registros históricos e relatos de moradores mais antigos, ocorreu por volta de 1850, ao redor da Lagoa de Matina, a partir de grupos interessados na exploração do sal (Matina, 2020).

Em se tratando dos estabelecimentos de ensino do município, de um total de 12 escolas, apenas quatro ofertam a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos, sendo três para o Ensino Fundamental, em escolas municipais, e uma para o Ensino Médio, em uma escola estadual. A

escola que serviu como base para nossa pesquisa oferta a 1^a e 2^a etapa da educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) além da modalidade Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI), do 1^o ao 5^o ano. De acordo com a diretora da escola⁶, atualmente, a instituição atende cerca de 259 alunos/as, distribuídos/as em 12 turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos/as, agricultores e agricultoras de sete comunidades próximas à escola.

Em relação ao grupo de funcionários, a escola tem 23 professores (as), 1 diretora, 3 vice-diretoras, 1 coordenadora pedagógica e 33 profissionais de apoio. No que se refere à infraestrutura, o espaço é composto por 6 salas de aula, 1 sala de professores, 1 diretoria, 1 área de circulação, 1 cantina e 2 banheiros, um feminino e outro masculino.

Quanto ao currículo, a referida escola parte do que se estabelece no Documento Curricular Referencial do Município de Matina- Bahia, elaborado pelo Conselho Municipal de Educação e constituído a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que busca orientar os processos educativos nas escolas municipais baseada nos direitos humanos e na diversidade. “O processo de mobilização rumo à (Re) elaboração do Documento Curricular no município de Matina-BA seguiu orientações emanadas do núcleo formativo do nosso território Velho Chico” (Matina, 2020, p. 18).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola contava com 14 alunos matriculados no turno noturno, no qual se encontra o público da EJA, atendidos desde o ano de 2022. Vale ressaltar que à época da pesquisa o quantitativo de alunos subiu para 46. Segundo esse documento, os sujeitos inseridos na EJA:

São adultos, que vem à escola, com vários sonhos, alguns apenas para aprender a ler e escrever, outros desejam continuar os estudos. São estudantes pais e mães de famílias, trabalhadores que, depois de uma jornada de trabalho durante o dia, ainda tem o ânimo de virem à escola durante à noite para aprender (Matina, 2023, p. 15).

Em se tratando dos sujeitos participantes da entrevista, a compreensão dos aspectos analisados para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu por meio da participação de seis mulheres camponesas inseridas na Educação de Jovens e Adultos, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Suas contribuições revelaram aspectos fundamentais para o desenvolvimento do estudo e a construção dos resultados.

⁶ Conversa informal.

As mulheres entrevistadas, com idade entre 45 e 60 anos, se identificam como pretas, pardas ou morenas. Em sua maioria são mulheres casadas, pertencentes à religião católica e que se dividem entre o trabalho da roça e as tarefas domésticas em casa, nenhuma delas está inserida do mercado de trabalho formal.

Partindo disso, a fim de compreender as experiências e contextualização social e econômica vivenciadas pelas mulheres que participaram desta pesquisa, descreveremos, a partir daqui o perfil das colaboradoras que compartilham de realidades e características semelhantes.

A fim de preservar a identidades das participantes, elegemos nomes fictícios, inspirados na música de Milton Nascimento “Maria, Maria”⁷, uma vez que, das seis entrevistadas, quatro delas possuem Maria no nome, o que nos fez pensar sobre a trajetória de milhares de Marias que não tiveram como frequentar a escola na idade regular⁸ e que, atualmente, buscam os seus sonhos com força, raça e graça na vida.

- **Maria Rita:** 46 anos, casada, se identifica como mulher preta e católica. Mora com o esposo, a filha mais nova e sua mãe de criação e considera ter uma boa relação com sua família. Atualmente, se dedica ao trabalho na roça, no plantio de feijão e milho. Recebe auxílio do governo por meio do programa Bolsa Família⁹. Segundo ela, se arrependeu de ter abdicado dos estudos, e busca por sua independência por meio da escolarização.
- **Maria Filipa:** 56 anos, aposentada, solteira e mãe de quatro filhos (duas mulheres e dois homens). Se identifica como mulher preta e católica, mora sozinha e considera ter uma ótima relação com sua família. Atualmente, se divide entre o trabalho doméstico e um pouco de trabalho na roça. Interrompeu sua escolarização por não conseguir conciliar o trabalho, cuidado com filhos e os estudos, viu a oportunidade de estudar depois que os filhos se casaram, por incentivo da filha que reconheceu o desejo da mãe

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IEIS9cxpImA>.

⁸ Termo utilizado pela legislação brasileira (LDB N^o 9394/96), entretanto, é importante frisar que defendemos a escolarização ao longo da vida.

⁹ De acordo com o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Além de garantir renda para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família busca promover a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como esporte, ciência e trabalho.

em escrever seu próprio nome. Embora tenha algumas dificuldades, as enfrenta pela vontade de aprender ler e escrever.

- **Maria Amélia:** 63 anos, aposentada dona de casa, mãe de três filhos, se considera uma mulher parda e católica. Considera ter uma relação muito boa com sua família. Interrompeu os estudos e retornou atualmente por decisão própria e influência das outras pessoas que também estão frequentando a escola, mesmo arrependida de não ter aproveitado para estudar quando era mais nova, não tem o objetivo de se formar devido ao tempo, mas deseja aprender a ler.
- **Maria Isabel:** 45 anos, casada, dona de casa e mãe de três filhos (uma mulher e dois homens), se considera como mulher parda e católica, mora com seu esposo e um de seus filhos e considera ter uma boa relação com sua família. Atualmente, lida com afazeres domésticos e recebe auxílio do governo por meio do programa Bolsa Família e, no tempo livre, faz crochê, além de trabalhar como manicure. Interrompeu os estudos pois o marido precisou sair para trabalhar fora¹⁰ e ela precisava cuidar dos filhos. Retornou sua escolarização por incentivo da família, pelo sonho de se formar e ser professora.
- **Maria do Carmo:** 52 anos, solteira, mãe de três filhos (uma mulher e dois homens), se considera uma mulher morena e católica. Mora com dois filhos e considera ter uma boa relação com sua família. Atualmente se divide entre trabalho doméstico e trabalho na roça, recebe auxílio do governo por meio do programa Bolsa Família. Interrompeu os estudos devido ao trabalho na colheita de algodão que era longe de sua casa e retornou à escola pelo desejo de aprender, se formar e ser uma professora.
- **Maria Helena:** 56 anos, aposentada, casada e mãe de três filhos (duas mulheres e um homem), se considera uma mulher morena e católica, mora com seu esposo e filhos e considera ter uma boa relação com sua família. Atualmente, trabalha para si mesma, dividindo seu tempo entre o trabalho doméstico e o trabalho na roça. Deu início à sua escolarização na época em que era mais nova, mas devido às dificuldades e falta de professor/a acabou desistindo, hoje retornou aos estudos para ser independente e por incentivo dos familiares.

Em suma, foi possível observar a semelhança na trajetória de vida das participantes da entrevista: são mulheres negras, cercadas por familiares, que abdicaram da alfabetização em prol do cuidado com a família e do trabalho em casa e na roça, e que hoje buscam, na

¹⁰ A maioria dos homens da região, em um determinado período do ano, saem para outro estado em busca do trabalho no corte de cana.

escolarização, independência e a realização de seus sonhos. Embora ainda se dividam entre o trabalho e a escola, priorizam suas realizações pessoais em prol da melhoria da qualidade de vida.

2.2 UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A fim de mapear o que se tem produzido nos últimos dez anos (2014-2024) sobre o lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas inseridas na Educação de Jovens e Adultos, buscamos em quatro bancos de dados visualizar o cenário dessas pesquisas acadêmicas, sendo eles: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Revista Comciência Multidisciplinar da Universidade do Estado da Bahia, *campus* XII; periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Revista Brasileira de Educação do Campo. É importante ressaltar que utilizamos como descritores: **escolarização, mulheres camponesas, mulheres e Educação de Jovens e Adultos**.

Assim, em janeiro de 2025 iniciamos as pesquisas no banco de dados da ANPED, com um recorte temporal de 2013 a 2023, tomando como tempo a ordem das reuniões científicas: 36^a, 37^a, 38^a, 39^{a11}, 40^a e 41^a, correspondentes aos anos de 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023, revisamos três GTs, sendo o GT03, que trata da Educação do Campo, o GT06, sobre a Educação Popular e o GT18, que aborda sobre a EJA, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções Científicas do GT03 na ANPED (2013-2023)

Reuniões	Ano	Quantidade de trabalhos	Trabalhos que abordavam o tema da pesquisa
36 ^a	2013	8	0
37 ^a	2015	21	2
38 ^a	2017	21	1
39 ^a	2019	-	-
40 ^a	2021	40	1
41 ^a	2023	39	0

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

¹¹ É importante ressaltar que à época da pesquisa a trigésima nona reunião da ANPED não estava indisponível no GT03, no GT06 e nem no GT18.

Como disposto no Quadro 1, no GT03, em que se apresentam produções científicas sobre Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, bem como a Educação do Campo, fizemos a análise dos trabalhos de cada reunião, atentando para a leitura sucinta dos títulos e resumos, e, assim, conseguimos identificar quatro trabalhos que dialogam sobre a escolarização de mulheres camponesas em três das seis reuniões, sendo dois na reunião 37^a, um na reunião 38^a e um na 40^a. A seguir, no Quadro 2, apresentamos os resultados obtidos a partir da análise do GT06 da ANPED.

Quadro 2 – Produções Científicas do GT06 na ANPED (2013-2023)

Reuniões	Ano	Quantidade de trabalhos	Trabalhos que abordavam o tema da pesquisa
36 ^a	2013	12	0
37 ^a	2015	18	0
38 ^a	2017	20	1
39 ^a	2019	-	-
40 ^a	2021	27	2
41 ^a	2023	29	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Com relação aos trabalhos do GT06, que abordam a Educação Popular, após análise, seguindo os mesmos descritores do Quadro 1 e leitura de títulos e resumos foram encontrados quatro trabalhos relacionados ao tema, sendo um na reunião 38^a, dois na 40^a e um na 41^a. As demais produções não abordavam sobre a mulheres camponesas inseridas na EJA, mas sobre a formação de educadores, políticas e saúde. Por fim, no Quadro 3, a seguir, apresentamos os resultados obtidos a partir na análise do GT18 da ANPED.

Quadro 3 – Produções Científicas do GT18 na ANPED (2013-2023)

Reuniões	Ano	Quantidade de trabalhos	Trabalhos que abordavam o tema da pesquisa
36 ^a	2013	12	0
37 ^a	2015	24	1
38 ^a	2017	17	0
39 ^a	2019		
40 ^a	2021	33	2
41 ^a	2023	26	0

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Sobre os trabalhos do GT 18, seguimos os mesmos passos e descritores dos outros GTs, escolarização, mulheres camponesas e Educação de Jovens e Adultos. Após a leitura sucinta dos títulos e resumos das pesquisas de todas as reuniões que abarcavam o recorte temporal proposto, encontramos três trabalhos: um na 37ª e dois na 40ª reunião. As demais produções traziam os sujeitos da EJA de forma geral, e quando tratavam sobre mulheres, faziam referências à mulher da cidade, o que, em nossa perspectiva, é um grupo social distinto, com lutas e realidades diferentes.

A fim de compreender a dimensão de produções acadêmicas na revista *Comciência da UNEB, Campus XII*, um importante espaço para divulgação de pesquisas produzidas em várias áreas do conhecimento, principalmente que abordam sobre essa temática, decidimos, com os mesmos descritores analisados nos trabalhos da ANPED, mapear todas as edições online da referida revista, iniciadas 2018¹², sendo pesquisas mais recentes com o recorte de apenas seis anos, assim como mostra o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Produções Científicas da Revista *Comciência Multidisciplinar da UNEB-Campus XII*

Edições	Ano	Quantidade de trabalhos	Trabalhos que abordavam sobre o tema
v.3 n.3	2018	10	0
v.4 n.4	2019	7	0
v.4 n.5	2019	7	0
v.5 n.6	2020	23	0
v.5 n.7	2020	9	0
v.6 n.8	2021	15	0
v.7 n.9	2022	55	0
v.8 n.10	2023	29	1
v.8 n.11	2023	16	2
v.8 n.12	2023	6	0
v.9 n.13	2024	10	0
Total	-	187	3

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

¹² Antes das versões eletrônicas, a revista já tinha edições desde 2006, no entanto, só revisamos as versões online.

Dos 187 trabalhos publicados no período de 2018 a 2024, realizamos a leitura dos resumos simples e encontramos três, um na edição v.8 n.10 de 2023, e dois na edição v.8 n.11 de 2023 que correspondiam ao tema da presente pesquisa. Esses textos foram analisados a partir das categorias organizadas no Quadro 8.

No Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza conteúdo científico para instituições de ensino e pesquisa no Brasil, a pesquisa foi feita com os descritores Escolarização, Mulheres Camponesas e Mulheres e Educação de Jovens e Adultos, separadamente, de forma que pudéssemos encontrar as produções relacionadas ao tema, considerando que, em conjunto, não foram encontrados artigos.

Quadro 5 – Produções Científicas do Periódico da CAPES

Descritores	Sem filtro	Com filtro	Trabalhos que abordam sobre o tema
Escolarização	4.639	3.418	0
Mulheres Camponesas	255	184	3
Mulheres e Educação de Jovens e Adultos	235	187	3
TOTAL	5.129	3.789	6

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Sem a utilização de filtro, foram encontrados um total de 5.129 trabalhos, já com a utilização do corte temporal com filtro foram encontrados 3.789 trabalhos, após análise de títulos e resumos simples foram selecionados seis artigos que tinham relação com o tema escolhido, três com o descritor “Mulheres Camponesas” e três com o descritor “Mulheres e Educação de Jovens e Adultos” entre os anos de 2017 a 2021, já que em 2014 e 2024, início do nosso corte temporal, não foram encontrados artigos que abordassem sobre o tema.

Já na Revista Brasileira de Educação do Campo, que tem como missão ser um veículo de comunicação científica de qualidade internacional que fomenta importantes debates no campo educacional, principalmente na área da Educação do Campo, utilizamos os mesmos descritores utilizados anteriormente, o que proporcionou os seguintes resultados de busca, descritos no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Produções Científicas da Revista Brasileira de Educação do Campo

Descritores	Sem filtro	Com filtro	Trabalhos que abordam sobre o tema
Escolarização	49	49	1
Mulheres Camponesas	15	15	0
Mulheres e Educação de Jovens e Adultos	9	9	0
TOTAL	73	73	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Ao adicionar o filtro, o corte temporal foi menor, pois ao selecionar a filtragem, a revista só disponibilizou a opção a partir do ano de 2016. Sem filtro e com filtro de corte temporal, foi encontrado um total de 73 artigos, ao analisar os títulos e resumos simples, foi selecionado apenas 1 trabalho relacionado ao tema. Os demais textos fazem uma abordagem voltada para a política da educação especial e juventudes na Educação do Campo, formação de professores, porém sem foco em mulheres camponesas, que é o objetivo da desta pesquisa. Partindo dessas revisões, elaboramos o Quadro 7 com todas as opções selecionadas.

Quadro 7 – Trabalhos analisados

Autor	Título	Tipo	Instituição	Banco de dados	Ano
GODINHO, Ana Cláudia Ferreira	Experiências de trabalho de mulheres estudantes do proeja	Artigo	UFSC	ANPED-GT18	2015
SCHWENDLER, Sônia Fátima	As mulheres da via campesina: processos educativos e organizativos no Brasil e Chile	Artigo	UFSC	ANPED-GT03	2015
AQUINO, Evely Cristine Pereira de. BRITO, José Eustáquio de. COSTA, Vânia Aparecida.	Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra	Artigo	UFSC	ANPED-GT03	2015
MARQUES, Tatyane Gomes.	“Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça	Artigo	UFMA	ANPED-GT03	2017

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. EITERER, Carmem Lúcia	“Nem tudo são flores”: a interface da educação popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas Comunidades Eclesiais De Base	Artigo	UFMA	ANPED-GT06	2017
VERGUTZ, Cristina Luisa Benck. CORRÊA, Aline Mesquita. MORETTI, Cheron Zanini	Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "do discência"	Artigo	UFPA	ANPED-GT06	2021
SIMON, Everton Luiz. VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke	“Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola	Artigo	UFPA	ANPED-GT06	2021
LIMA, Marcia Araújo Ribeiro	Memória de interdições ao direito à educação: narrativa de dona malvina do sítio Santa Rita – RJ	Artigo	UFPA	ANPED-GT18	2021
REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira	Trajetórias de vida e práticas educativas de Mulheres Camponesas Em Movimento(S)	Artigos	UFAM	ANPED-GT06	2023
PEREIRA, Janylle Costa; CARVALHO, Maria de Fátima Pereira.	Modos de vida de jovens mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos no alto sertão da Bahia	Artigo	UNEB	Revista Comsciência	2022
LOBATO, Gerusa Leilane Batista; CARVALHO, Maria de Fátima Pereira.	Educação de Jovens e Adultos: direito à escolarização para mulheres	Artigo	UNEB	Revista ComCiência	2022
SOUZA, Naiara do Prado; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira	Trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas de mulheres camponesas de Caetitê-Bahia	Artigo	UNEB	Revista ComCiência	2023
FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes	Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas	Artigo	UFG	CAPES	2017
SILVA, Marcia Alves da	Pedagogia feminista: narrativas autobiográficas, saberes e fazeres de mulheres camponesas	Artigo	UFPeI	CAPES	2018
SIEBER, Shana Sampaio;	“Se eu não tivesse casado, eu não tinha parado de estudar”: desafios para igualdade de	Artigo	IFRS	CAPES	2019

FUNARI, Juliana Nascimento; MORAES, Lorena Lima.	gênero no acesso à Educação de Jovens e Adultos do campo à cidade				
CARVALHO, Maria de Fátima Pereira	Violência de gênero: o que dizem as jovens mulheres da Educação de Jovens e Adultos no alto sertão da Bahia	Artigo	UFMG	CAPES	2020
FARIAS, Magno Nunes; FALEIRO, Wender; NEIVA, Aldanice Martins	"Rompendo as fronteiras para poder construir algo diferente": mulheres camponesas na universidade	Artigo	UFG	CAPES	2021
CARVALHO, Maria de Fátima Pereira; EITERER, Carmem Lúcia	Projetos de futuro de jovens mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos no Alto Sertão Produtivo	Artigo	UFMG	CAPES	2021
OLIVEIRA, Deiviani de; BRIDI, Luan Eudair; LUIZ, Miriã Lúcia; ALCÂNTARA, Regina Godinho	Trajetórias de mulheres camponesas no Espírito Santo: permanências e descontinuidades	Artigo	UFES	Revista Brasileira De Educação do Campo	2018

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A partir do mapeamento já realizado, organizamos a análise dos referidos textos em categorias, uma vez que, nos 21 trabalhos encontrados, elementos como relações de gênero, questões étnico-raciais, mundo do trabalho, participação e fortalecimento mediante os movimentos sociais no campo se entrelaçam. Dessa forma, as pesquisas encontradas foram divididas em quatro subseções, as duas primeiras sobre os impactos das relações de gênero e das questões étnico-raciais na vida de mulheres camponesas, e as duas últimas sobre a escolarização, o mundo do trabalho e a participação em Movimentos Sociais no campo, como demonstra o Quadro 8.

Quadro 8 – Organização das produções por categorias

Categorias	Quantidade de trabalhos
O impacto das relações de gênero na vida de mulheres camponesas	9
O reflexo das questões étnico- raciais na escolarização de mulheres camponesas	2
Escolarização e mundo do trabalho	5
Mulheres camponesas e Movimentos Sociais	5
TOTAL	21

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

2.2.1 O impacto das relações de gênero na vida de mulheres camponesas

Nesta subseção, pautaremos as discussões sobre impactos que as relações de gênero geram no processo de escolarização de mulheres residentes no campo. Ainda, é importante ressaltar que em todos os trabalhos selecionados para esta revisão, de alguma forma, as questões gênero estão respaldadas em todas as produções que dialogam sobre a vida de mulheres camponesas, ora ainda na infância, quando são impedidas de frequentar a escola por parte dos pais, ora adultas, em que os padrões machistas são reforçados pelos maridos.

As mulheres das classes populares, pobres, pretas, periféricas e camponesas, durante muito tempo, e ainda hoje, são vítimas de uma invisibilidade social tamanha, determinados através das práticas patriarcais, misóginas e machistas que atribuem à figura feminina apenas a atividades domésticas, reprodutivas e de cuidado com a casa e com os/as filhos/as (Leal, 2017).

Assim, os estudos aqui dialogados demonstram que apesar de no campo possuir uma forte “naturalização” sexual do trabalho, na contemporaneidade muitas mulheres buscam dar início ou retomar os estudos, principalmente na modalidade de educação de pessoas jovens e adultas, almejando superar barreiras postas a elas, e alcançar longevas trajetórias escolares que poderão modificar as situações existentes (Marques, 2019).

A exemplo disso, podemos citar a pesquisa de Carvalho e Eiterer (2021), que objetivou compreender as expectativas, sonhos e desafios enfrentados por mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Alto Sertão da Bahia. O estudo traz uma investigação de como estas alunas, que na maioria das vezes estão em situação de vulnerabilidade social, visualizam seu futuro e qual o impacto da educação nos seus planos em relação ao trabalho e à conquista de sua autonomia.

Concomitante a Carvalho e Eiterer (2021), outro estudo que relata o desejo de continuar na escola é o de Lobato e Carvalho (2022), cujo objetivo foi conhecer e analisar os sentidos e significados da escolarização para as jovens mulheres inseridas na EJA. As autoras apresentam o processo de luta pelo direito à educação para pessoas jovens e adultas ao longo da história, épocas marcadas pela negação e conquista de direitos para as pessoas vítimas da desigualdade social e marcadas pelo analfabetismo na sociedade brasileira. O texto aborda, mais especificamente, o processo de escolarização de jovens mulheres matriculadas na EJA, na rede municipal de ensino da cidade de Palmas de Monte Alto-BA. São elas mulheres das classes populares que diariamente enfrentam grandes desafios para permanecer nas escolas, pois lidam muita das vezes com uma jornada dupla de trabalhos diários, a qual interfere em seu processo de escolarização.

Nesta mesma direção, Faria e Santos (2021) mostra que há inúmeros fatores que atravessam a vida escolar de jovens camponesas, isso desde a educação básica até o ensino superior. Nessa pesquisa que envolve cinco jovens da zona rural¹³, e cujo objetivo é compreender as trajetórias de mulheres de origem rural até a universidade, percebemos algumas das mudanças que vêm ocorrendo no campo, principalmente no que diz respeito à forma de como a mulher é vista, a qual, por muito tempo, viveu e vive em condições de invisibilidade social devido a marcadores de gênero. O texto nos mostra que esses padrões, como por exemplo, a associação apenas da mulher com as atividades domésticas e de cuidado, atualmente, estão sendo revertidos.

Ademais, as participantes do estudo de Faria e Santos (2021) dialogam sobre a importância de priorizar e lutar pela educação, visto que suas mães foram mulheres que lutaram e conseguiram alcançar níveis de escolarização superior ao dos pais, e, assim, puderam incentivar as filhas, que, apesar da segregação e desigualdades sociais no campo, como por exemplo, a falta de escolas que ofereciam outras etapas de ensino, puderam dar continuidade aos estudos e alcançarem o ensino superior, em cursos considerados majoritariamente masculinos.

Semelhante a isto, Faleiro e Farias (2017) abordam como o ingresso de mulheres camponesas no curso de licenciatura em Educação do Campo trouxe um impacto em suas vidas pessoais e sociais e como isso contribuiu para a superação de relações patriarcais. Neste contexto, o texto trata sobre a importância da Educação do Campo, uma modalidade de ensino que parte dos movimentos sociais e que busca garantir o ensino superior aos povos do campo, visando uma diminuição das desigualdades sociais.

Além disso, os resultados da análise desta pesquisa mostraram como o ingresso na faculdade possibilitou a essas mulheres ações participativas e críticas em diálogos familiares, transformando as relações intrapessoais com seus companheiros, o que impactou diretamente no aumento de autoestima e mudanças de realidade, a partir da autonomia que quebra do silêncio imposto a elas.

Já Silva (2018) aborda sobre como as narrativas autobiográficas e a pedagogia feminista podem contribuir para a valorização dos saberes produzidos por mulheres advindas do campo, saberes estes acerca da agricultura familiar, medicina popular e práticas comunitárias. Essa valorização proporciona a elas um fortalecimento de identidade e rompimento da invisibilidade social fruto do patriarcado, ocasionando uma transformação na relação de gênero que

¹³ Termo utilizado pelo autor.

invisibilizam essas mulheres. Por meio de seus saberes, pode-se fazer reflexões críticas sobre sua realidade.

Em conformidade com os demais autores, Carvalho (2020) reforça o embate acerca da violência de gênero, física, psicológica, sexual e simbólica que ocorre com mulheres do Alto sertão da Bahia, as quais fazem parte da EJA, e como essas violências afetam diretamente o acesso à escolaridade. Para além disso, a autora aborda fatores como machismo estrutural, controle masculino sobre as mulheres e a carga de responsabilidades domésticas que também contribuem para o abandono escolar. Paralelo a isso, é ressaltado que muitas vezes a escola acaba falhando em não fornecer apoio estrutural ou psicológico. Ainda assim, a EJA é entendida por elas como uma possibilidade de se emancipar e resistir para construir novas trajetórias.

O estudo de Vergutz, Corrêa e Moretti (2021) investiga a atuação de mulheres em uma Escola Família Agrícola (EFA) no sul do Brasil, trazendo um olhar atento às relações de gênero que ocorrem na pedagogia da alternância e o quanto essas mulheres agricultoras, monitoras e estudantes são silenciadas. O estudo aborda que, embora a pedagogia da alternância seja valorizada, articulando entre trabalho e estudo, ela ainda reproduz estruturas patriarcais que anula o protagonismo feminino.

As autoras apresentam que, mesmo que as mulheres tenham papel essencial no funcionamento da escola, ainda ficam responsáveis por atividades que envolvam o trabalho doméstico e funções pedagógicas como auxiliares dos homens, e ainda sofrem preconceito pela forma que trabalham no campo, algo questionado por elas, junto com o desejo de transformação social e mudança das atividades que lhes são impostas (Vergutz; Corrêa; Moretti, 2021).

Corroborando com as autoras, Simon e Vergutz (2021) abordam sobre a naturalização da divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero, a partir das experiências de mulheres que vivenciam a pedagogia da alternância em uma Escola Família Agrícola, as quais têm seu trabalho com a alimentação invisibilizado e não reconhecidos como válidos e produtivos.

Os autores pontuam sobre a resistência e superação dessas mulheres que reivindicam seu protagonismo dentro da escola, onde lhes é imposto tarefas domésticas, uma vez que os homens tendem a evitá-las. Embora ocorra essa realidade, a escola permite um diálogo entre famílias, escola e comunidade, como meio de proporcionar uma troca de saberes e empoderamento através de uma pedagogia freiriana que busca ações transformadoras (Simon; Vergutz, 2021).

Os textos apresentados refletem o peso da desigualdade de gênero construídas ao longo da história, o qual muitas vezes forçam essas mulheres a dedicarem somente às

responsabilidades do cuidado com a casa e da maternidade o que influencia diretamente na falta de incentivo para concluírem suas trajetórias na escola.

Embora essas atividades estejam imbuídas desde muito cedo na vida das mulheres camponesas, as relações de gênero não se tornam o único fator na exclusão e invisibilidade feminina na sociedade, uma vez que outros elementos se interseccionam e fortalecem as desigualdades sociais, a exemplo das questões de raça, socioeconômicas, geracionais e dentre outras dialogadas a seguir.

2.2.2 O reflexo das relações étnico-raciais na escolarização de mulheres camponesas

As pesquisas apontam que no processo de escolarização das mulheres de classes populares, sobretudo residentes no campo, as marcas do patriarcalismo e as questões raciais ainda resistem. No estudo de Marques (2017), sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça, são apontadas as muitas dificuldades que as jovens camponesas enfrentam para dar continuidade aos processos de escolarização, principalmente no ingresso ao ensino superior. Nesta pesquisa que envolveu 17 jovens camponesas, a autora tece diálogos sobre as questões de raça, que constituem para as mulheres negras uma provação para alcançar longevas trajetórias escolares, visto que a mulher do campo já nasce imbuída nas atividades domésticas, que muito tem a ver com os padrões de desigualdade e preconceito desenvolvidos ao longo da humanidade. Em síntese, este texto retrata a realidade de milhares de jovens, mulheres, negras e da roça que passam por provações constantes para darem continuidade aos estudos.

Outra pesquisa em que as histórias de vida de mulheres são atravessadas pelas questões raciais é a de Lima (2021), que discute, mediante a abordagem de entrevista compreensiva, relatos de interdições sofridas para o exercício do direito à educação escolar em algumas fases da vida de dona Malvina, mulher camponesa que trabalhou a vida toda no campo, e, diante das desigualdades e injustiças sociais, teve seu sonho de ingressar no processo de escolarização limitado. Durante a entrevista, ela relata alguns dos fatores que contribuíram para a interrupção de seus estudos, sendo eles de cunho patriarcal e racial, isto é, quando o pai não a deixou prosseguir os estudos quando completou nove anos, e os preconceitos sofridos com frases pejorativas devido à cor da sua pele quando expunha o desejo de estudar. A autora ainda ressalta que dona Malvina, e tantos outros trabalhadores rurais que são afetados por interdições escolares, não compreendem e tendem a naturalizar a desigualdade de acesso à educação escolar.

As questões relacionadas ao preconceito e discriminações, tanto por parte das relações de gênero quanto às questões de raça, são problemas estruturais que podem ser modificados com a participação dessas mulheres nos processos de escolarização. No entanto, há outros desafios que interceptam essas trajetórias, a exemplo o mundo do trabalho, ao qual dedicamos na subseção a seguir.

2.2.3 Escolarização e mundo do trabalho

A trajetória de vida de mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos e no ensino superior tem tido grandes desafios relacionados à necessidade de trabalhar, colocando a escolarização em segundo plano. Os estudos demonstram que a explicação dessa realidade se dá pela dificuldade socioeconômica enfrentada por essas mulheres do campo, porém a busca pela autonomia e melhores condições financeiras traz determinação para a continuação de sua formação acadêmica, seja no ensino básico, seja no superior.

Pereira e Carvalho (2022), ao pesquisarem sobre os modos de vida de jovens mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos no Alto Sertão da Bahia, abordam o fenômeno da juvenilização no campo da EJA, destacando que nos últimos tempos tem sido recorrente, principalmente no que se refere à escolarização de jovens mulheres, que diante aos desafios existentes na sociedade, veem na EJA um espaço que pode acolher com singularidade a mulher mãe, trabalhadora e estudante. As autoras ainda apontam que os educandos inseridos na referida modalidade de ensino são, em sua grande maioria, trabalhadores/as, empregados/as que não tiveram acesso à escolarização no período da adolescência.

Na pesquisa de Godinho (2015), que buscou problematizar as experiências de trabalho de mulheres estudantes do PROEJA e as manifestações em sala de aula desses saberes, observamos a constante invisibilidade que acontece na escola sobre o compartilhamento de saberes construídos na vida cotidiana de jovens e adultos que retomaram o processo de escolarização, principalmente no que diz respeito às mulheres, que historicamente lutam por espaço e melhores condições no mundo do trabalho.

A autora mostra que é crescente o número de mulheres nas turmas do PROEJA, buscando aprimorar seus conhecimentos para alcançar condições melhores de emprego em um país que historicamente hierarquiza os saberes do homem. As experiências de trabalho durante a pesquisa de campo foram variadas: eram secretárias, telefonistas, domésticas, vendedoras de cosméticos, dentre outros trabalhos, que, segundo o autor, eram realizados em condições precárias e com baixa valorização. Em suma, é perceptível que por mais que essas mulheres

falam sobre seu trabalho no ambiente escolar, é nítido que os saberes construídos a partir dessas experiências continuam invisíveis nos currículos das instituições que ofertam cursos profissionalizantes. Dito isso, somos convidados (as) a (re)pensar e (re)criar um currículo que efetivamente promova o diálogo entre saberes escolares e não escolares (Godinho, 2015).

Sieber, Funari e Moraes (2019) tratam sobre a dificuldade de mulheres de áreas rurais em continuar seus estudos, contextualizando com questões de gênero devido ao casamento e maternidade precoce e a necessidade do trabalho doméstico em casa, dificultando o acesso à escolarização. Geralmente, homens abandonam os estudos para trabalhar, já as mulheres são obrigadas a dedicar-se às responsabilidades da família. Esses fatores são abordados mediante uma crítica do acesso limitado à Educação de Jovens e Adultos em períodos noturno e a falta de políticas públicas adequadas.

Na pesquisa de Farias, Faleiro e Neiva (2021), os autores procuram abordar e conhecer narrativas de mulheres camponesas que ingressam na universidade pública. Segundo a pesquisa, as pessoas advindas do território rural acabam passando por privações de direitos sociais, um deles é o acesso à educação, desde a educação básica até o ensino superior. O texto discute as barreiras rompidas por essas mulheres, barreiras sociais, culturais e econômicas, com o objetivo de entrarem para universidade, além de serem obrigadas a lidar com preconceitos de classe social e de gênero.

A universidade tem um papel crucial nessa luta, ou ela reforça essa realidade de desigualdade ou pode ser um recurso essencial de resistência e transformação na vida dessas mulheres. A universidade deve ser vista como uma oportunidade de mudança coletiva (Farias; Faleiro; Neiva, 2021).

Oliveira et al. (2018) fazem uma análise acerca das experiências vivenciadas por mulheres do campo, trazendo desafios enfrentados em suas trajetórias de vida individuais e coletivas. A pesquisa investiga como essas mulheres conciliam trabalho agrícola e as tarefas domésticas na busca por autonomia e pela quebra dos papéis de gênero que afetam a continuidade de acesso à educação e a participação em movimentos sociais. Para além disso, o texto traz que, mesmo com as dificuldades, essas mulheres buscam, por meio de estratégias de resistência e empoderamento, contribuir de forma significativa com o fortalecimento das suas comunidades rurais.

A história de vida de mulheres do contexto rural, inseridas na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Superior, é cercada por desafios, lutas por reconhecimento e transformação de seu contexto social. Mesmo com as dificuldades, demonstram resistência e determinação na busca por melhores condições de vida, e sua participação em movimentos sociais é uma

ferramenta importante nessa luta por reconhecimento, assim como abordaremos na próxima subseção.

2.2.4 Mulheres camponesas e Movimentos Sociais

Por fim, trazemos discussões acerca da inserção de mulheres camponesas em Movimentos Sociais, na busca pela conquista de sua autonomia, igualdade de gênero e valorização de saberes, saberes esses desvalorizados devido aos seus históricos de desafios em relação à desigualdade de gênero. As pesquisas analisadas destacam a forma como os movimentos MST e MMC possibilitam oportunidades de escolarização, mudanças sociais e a valorização da identidade feminina.

Nesse contexto, os autores e autoras Aquino, Brito e Costa (2015) procuraram analisar a trajetória de mulheres residentes em um assentamento no campo, que além de lutarem pela terra, lutam também pela educação. As participantes da referida pesquisa são 13 mulheres moradoras do assentamento Dois de Julho, vinculado ao MST, as quais relatam em suas narrativas, colhidas mediante entrevistas temáticas na perspectiva da história oral, que os ditames sociais construídos ao longo da história em relação a homens e mulheres, sobre o trabalho e as relações de gênero, as impediram de alcançar muitas coisas no decorrer de suas vidas. Por isso, elas expressaram durante as entrevistas o desejo, a luta e a importância da educação para as crianças e para os adultos nesse espaço.

A opressão vivenciada por elas diante da proibição dos pais para estudar foi um dos pontos que aparecem na trajetória de todas as pesquisadas, visto que esta era uma prática recorrente em comunidades camponesas, em que os/as filhos/as, principalmente as mulheres, eram privados ao acesso à educação por razões de trabalho doméstico ou na roça, ou até mesmo ciúmes.

Sendo assim, mediante essas narrativas, foi possível compreender como a participação de mulheres nas atividades organizativas do movimento ampliaram a relação com a leitura e a escrita, visto que os projetos e a busca por direitos coletivos impulsionaram o contato com a cultura do escrito, fazendo com que elas aprendessem e ainda buscassem pela educação escolar das crianças e para os adultos no assentamento (Aquino; Brito; Costa, 2015).

Semelhante à pesquisa anterior, Souza e Reis (2023) analisam e descrevem a trajetória de mulheres camponesas vinculadas ao Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité (MMC). Ao todo foram quatro entrevistadas que relataram sobre a criação, a inserção e a mudança que o MMC fez em suas vidas, que por muito tempo foram marcadas pela opressão

da desigualdade de gênero por parte de seus pais e maridos. Algumas das camponesas evidenciam o sofrimento que tiveram para estudar na juventude, no entanto, ressaltam a importância e a diferença que o estudo fez em suas vidas.

Ademais, é nítido que o MMC mudou a vida de dezenas de mulheres: através das reuniões, projetos e oficinas, conquistaram a independência financeira, o conhecimento dos seus próprios corpos, a valorização feminina, e, acima de tudo, a liberdade que as fizeram desprender das amarras machistas e sexistas de suas comunidades e ambientes familiares (Souza; Reis, 2023).

A pesquisa de Schwendler (2015) aborda os processos educativos e organizativos da luta das mulheres camponesas que participam da Via Campesina no Brasil e no Chile, bem como o processo de pautarem a categoria de gênero na agenda de luta do movimento camponês em nível local e transnacional. As discussões tecidas no texto afirmam que a organização das mulheres camponesas na América Latina, particularmente no Brasil e no Chile, está profundamente enraizada nas transformações da agricultura, na luta de classes, na organização do movimento feminista e de mulheres e na luta contra as ditaduras.

No que se refere às lutas e diálogos sobre as relações de gênero, ela iniciou no contexto de consolidação do movimento feminista, em que as camponesas questionavam a subordinação de gênero nos diferentes espaços sociais. As mulheres se viam impulsionadas a lutarem para o acesso aos benefícios de seguridade social, como a aposentadoria e o salário-maternidade, e para a valorização do trabalho na agricultura. Devido à divisão social do trabalho em comunidades camponesas, seu trabalho ficava restrito ao ambiente doméstico e à “ajuda” nas atividades agrícolas (Schwendler, 2015).

Na pesquisa, o autor ainda traz que em 1996 as mulheres Sem Terra politizaram as demandas específicas e as transformaram em “interesses estratégicos de gênero”, o que gerou o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra e constituíram o Coletivo Nacional de Gênero dentro da estrutura organizativa do MST, isso foi essencial para a criação da cláusula da paridade de gênero.

A fim de exemplificar tais questões, Reis (2023) aponta que a luta para a garantia de direitos para as mulheres na sociedade é constante. Em sua pesquisa que visou apresentar alguns aspectos da trajetória de vida de mulheres camponesas em Movimento(s), a autora destaca algumas barreiras já foram rompidas, avanço fruto de conquistas dos movimentos sociais, principalmente os das Mulheres Camponesas-MMC. Ações como: estudos sobre as relações de gênero, agricultura familiar, direitos a documentos, reconhecimento de profissões subentendidas como masculinas, benefícios sociais, cursos profissionalizantes, dentre outras

atuações educativas realizadas por essas mulheres nos movimentos. Nesse sentido, o texto destaca a necessidade de dar visibilidade a esses feitos, que visam suprir desigualdades historicamente construídas.

Ademais, é necessário ressaltar que a imersão das mulheres camponesas nos Movimentos sociais, CEBs, sindicatos e associações que, segundo Reis e Eiterer (2017), fomentam além da conquista de direitos, agências de letramento. Nesse texto, que objetiva analisar as condições e as instâncias formativas por meio das quais mulheres camponesas e líderes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Diocese de Caetité/BA que pouco frequentaram a escola e construíram sua participação nas culturas do escrito, as autoras mostram que além de fortalecer as mulheres nas lutas emergentes como as das questões raciais, patriarcais e de gênero, a participação nas CEBs desenvolvem práticas sociais de leitura e escrita, as quais as ajudam a reivindicar tais submissões e batalhar por direitos no campo.

Como é possível observar, as questões de gênero, geração, raça e classe social se interseccionam em todos os textos analisados. É inevitável compreender que a mulher camponesa e estudante da EJA, sofre constantemente a condição da discriminação e subordinação por esses fatores, os quais afetam não só sua vida social, política, econômica e escolar, mas também sua liberdade, autonomia e autoestima.

Logo, em busca de reverter tais situações de cunho patriarcal, misógino e étnico-racial, essas mulheres veem nas instituições educacionais e em movimentos sociais a oportunidade de ocupar os espaços que foram restritos a elas durante muito tempo. Sendo assim, a partir desses movimentos, essa luta por igualdade pode se tornar cada vez mais justa, de modo que possam reivindicar seu espaço como mulheres de direitos e com mais oportunidades.

3 O FIAR DO ALGODÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

“Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo” (Marina Colasanti)

Neste capítulo, intitulado “O fiar do algodão”, dialogamos sobre os principais conceitos que regem nosso estudo, no sentido de nos referenciar teoricamente nos mais grossos fios de algodão e mais felpudos autores.

Assim, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205º, “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Embora legalmente esse direito seja garantido a todas as pessoas, a realidade que vivemos até hoje é muito diferente, um descaso com a EJA e, especialmente, com a EJA no campo.

Considerando a localidade onde realizamos a pesquisa, uma comunidade camponesa, procuramos pontuar essas duas modalidades de ensino que fazem parte da realidade dos sujeitos pesquisados, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação do Campo, modalidades de ensino que se assemelham no campo das lutas e resistências pelo direito à educação e, deste modo, compreender o porquê dessas mulheres procurarem o (re)ingresso na escolarização quando adultas.

De acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), a Educação de Jovens e Adultos se estabelece a partir de políticas públicas nacionais que garantem o acesso para aqueles que não tiveram a oportunidade de escolarização no tempo considerado “adequado”, como uma modalidade de ensino da educação básica destinada a jovens, adultos e idosos, diante de um currículo que oferece práticas sociais que lhes dê o direito a um ensino baseado em seus saberes e experiências vindos de suas culturas, a partir das memórias construídas ao longo da vida (Bahia, 2018).

A proposta curricular da EJA se alicerça em princípios e valores definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em consonância com a identidade dos estudantes e suas práticas sociais, com os conceitos escolares socialmente significativos, os quais são relacionados com os conhecimentos adquiridos pelos estudantes na vida cidadã e no mundo do trabalho e com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores e posturas éticas e na BNCC (Bahia, 2018, p. 44).

A configuração da Educação de Jovens e Adultos é consolidada a partir de trajetórias de vida, com base social e cultural, mediante classe, gênero, raça e etnia das pessoas que nela estão inseridas, e, diante dessas especificidades, compreendemos os motivos pelos quais a procura por essa modalidade de ensino foi necessária, trazendo um olhar mais crítico para o entendimento da história da EJA no Brasil, pois não é uma simples modalidade oferecida a pessoas negligentes que não quiseram estudar, mas com histórias de vida baseadas em lutas e resistências por igualdade e políticas que assegurassem o direito à educação, que passam por diferentes gerações que vão repetindo essa mesma realidade (Arroyo, 2005). “Os jovens e adultos populares não são acidentados ocasionais que, ou gratuitamente abandonaram a escola, esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos” (Arroyo, 2005, p. 30).

Ainda para esse autor, a realidade dos/as jovens e adultos/as são geralmente as mesmas, são negros/as em busca de sobrevivência, pobres e desempregados/as na busca por uma realidade melhor e populares que fazem parte de um mesmo coletivo social, realidade esta que fica oculta pelo nome dado a esta modalidade de ensino: não é apenas educar jovens e adultos, mas sim libertá-los de uma realidade que os aprisiona num passado precarizado (Arroyo, 2005).

Não muito diferente, na Educação do Campo os sujeitos são pessoas do campo que, devido às rotinas de trabalho árduo, não puderam completar sua escolarização. O Documento Curricular Referencial da Bahia compreende a Educação do Campo como resultado de lutas e resistências de Movimentos Sociais por direitos educacionais negligenciados (Bahia, 2018). Para Molina et al. (2004, p. 7), “pensar uma Educação do Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade”, pois os sujeitos que dela participam trabalham e vivem do campo, então sua educação deve estar de acordo com essa realidade.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (Caldart et al., 2012, p. 259).

Deste modo, o currículo que abarca a educação direcionada aos sujeitos do campo, assim como a aqueles/as inseridos/as na EJA, deve ser contextualizado conforme realidades e necessidades sociais dos/as estudantes, fazendo um paralelo entre os saberes populares e os saberes científicos (Bahia, 2018).

Educar é ir além de ensinar a ler e escrever por meios tecnicistas e mecanizados, é importante alfabetizar visando uma criticidade daquilo que está no entorno do sujeito que está

sendo alfabetizado, deste modo, saímos de uma educação reprodutora de um sistema dominante, que prioriza a permanência do poder de classes mais altas e precariza as classes populares. A educação não deve ser neutra, ela precisa ser emancipadora (Freire, 1989).

Reiterando a ideia de Freire (1989), defendemos as pedagogias libertadora, da autonomia, da esperança e a histórico-crítica, que se encaixam no ideal tanto para Educação do Campo quanto para Educação de Jovens e Adultos, defendida por Silva (2022) como formas de emancipação humana, em que os sujeitos adentram na escola com seus saberes sociais e partir disso o/a professor/a problematiza esses saberes por meios científicos, fazendo com que os/as mesmos/as reflitam criticamente e, por fim, utilizam esse conhecimento fundamentado para uma mudança em sua realidade social. Nessa perspectiva, a prática social deve ser o ponto de partida para uma educação libertadora, que transforme a vida de pessoas que anseiam por mudanças positivas em suas histórias de vida, que por muito tempo têm sido repletas de lutas por igualdade.

Os princípios pedagógicos da Educação do Campo pautam a igualdade, o que, a nosso ver, se estende à EJA no campo, para além dos ideais de emancipação humana, e valorização dos saberes construídos ao longo das trajetórias de vida. O Caderno de Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo destaca mais quatro princípios: o princípio de espaço e tempo, em que a educação vai além dos saberes construídos em sala de aula, perpassa também as interações sociais e culturais do sujeito; o princípio do lugar da escola, assegurado por lei como o direito do cidadão em ter escola no local onde vive e vinculada à sua realidade; princípio da estratégia para o desenvolvimento sustentável, a partir de um ideal de desenvolvimento territorial coletivo mediante participação social na gestão das políticas das comunidades; e o princípio da colaboração entre sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino, deste modo, se é preciso políticas públicas que favoreçam os diversos povos do campo, sua participação ativa é essencial para que a aplicação de políticas escolares seja um processo coletivo e realista (Brasil, 2004).

Considerando as políticas e os princípios que abarcam a implementação tanto da Educação de Jovens e Adultos quanto da Educação do Campo, percebe-se que, do ponto de vista legislativo, ambas estão bem estruturadas, embora ainda existam lacunas em sua implementação, o que nos leva a questionar os motivos que sustentam essa realidade. Seria por falta de acesso às informações? Se for esse o caso, quais políticas e concepções precisam ser alteradas para que os sujeitos tenham mais acesso às informações e possam reivindicar seus direitos? Quais lacunas precisam ser preenchidas para que esses objetivos sejam alcançados? São essas inquietações que impulsionaram o desenvolvimento desta pesquisa. Alguns fatores,

que podem ser alguma das respostas para essas inquietações, no que se trata de mulheres camponesas, serão abordados a seguir.

3.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS INSERIDAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

É necessário colocar em pauta as relações de gênero para reverberar discussões que possam romper com paradigmas construídos ao longo da história acerca, principalmente, da mulher camponesa na escola (Soares, 2019). As questões de gênero vão muito além de definir perspectivas biológicas entre sexo masculino e feminino:

“No gênero, a prática social se dirige aos corpos”. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico” (Connell, 1995, p. 189 apud Louro, 1997, p. 6).

Deste modo, o conceito de gênero está ligado à construção social dos sujeitos nas sociedades, e não a características biológicas. Essas questões são construídas, principalmente, através das relações de poder, que moldam diante de um determinado contexto social, quais culturas, afazeres, comportamentos e direitos, que ambas as figuras detêm em seu meio social. Enveredando por esses caminhos, é importante compreender

[...] que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (Louro, 1997, p. 7).

A autora ainda completa ressaltando que gênero se torna um elemento de dominação masculina, com suas vertentes fundadas no sistema patriarcal de poder, o qual estabelece os direitos do homem acima da mulher (Louro, 1997).

Sobre isso, Narvaz, Sant’Anna, Tesseler (2013, p. 98) ressaltam que “as hierarquias de gênero interagem com as de raça e de classe na produção de um sistema educacional excludente [...]”, principalmente no que diz respeito ao perfil das mulheres pertencentes à EJA, que em sua grande maioria são mães, pobres, pretas, camponesas e periféricas, e vivenciam diariamente o peso dessas desigualdades, as quais determinam e restringem suas funções para atividade domésticas e de cuidado, gerando sobrecarga das responsabilidades familiares, contribuindo muitas vezes para a evasão escolar.

Apesar dessas questões que permeiam o processo de escolarização das mulheres inseridas na modalidade EJA, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP apontam que, no ano de 2024, a nível de Brasil, Nordeste e Bahia, há um número maior de mulheres matriculadas nessa modalidade que de homens. Sendo no Brasil: 1.343.126 mulheres e 1.246.689 homens, no Nordeste: 681.229 mulheres e homens 615.872, na Bahia: 203.942 mulheres e 196.067 homens.

Perante esse número crescente de mulheres que buscam na EJA a oportunidade de concluir a escolarização, tecemos alguns questionamentos que anseiam por respostas. Como os fatores de gênero, maternidade, atividades domésticas, trabalho e territorialidade impactam no retorno dessas mulheres para a escola? Como elas enfrentavam e enfrentam essas questões? Qual o sentido de voltar à escola no atual contexto? Dessa forma, ao refletir sobre as indagações propostas entendemos que são muitos os desafios que atravessam a escolarização da mulher pertencente à classe popular, todavia, elas ainda lutam por melhores condições de vida através da escola.

3.2 A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS

De acordo com Brandão (2007) a educação está presente em mundos diversos, constituindo-se de diferentes formas, diferentes indivíduos inseridos em uma dada sociedade. A escola, como um dos mundos em que a educação está presente, se configura como um importante espaço social, de formação e de emancipação humana.

No entanto, pensar a educação escolar, principalmente a Educação de pessoas Jovens e Adultas, significa considerar o contexto social, cultural e político de todos/as os sujeitos pertencentes a essa modalidade nas instituições de ensino que por muito tempo se configurou como um espaço de luta pelo direito à escolarização. Vale ressaltar que quando falamos dos/as sujeitos/as da EJA estamos discutindo o contexto de pessoas trabalhadoras, que são mães e pais, e que têm cor/raça e classe (Reis; Eiterer, 2023).

Bastos, Ferreira e Pereira (2011, p. 155), ao definirem a escolarização como um conceito amplo e diversificado, afirmam que “para a maioria dos autores significa considerar a escolarização como uma relação que se dá no meio escolar ou a partir dele, com estratégias de ensino, de aprendizagem e de socialização, ofertada ao educando por intermédio de uma instituição educacional”.

Considerando as especificidades desses estudantes, defendemos o quão singular deve ser o currículo¹⁴ da EJA para que possa efetivar o processo de escolarização desses indivíduos, conforme prevê o parecer nº 11/2000 do Conselho Nacional de Educação, o qual defende a necessidade de pensar um modelo pedagógico próprio para que se efetive as demandas de aprendizagem dos indivíduos dessa modalidade (Brasil, 2000).

Dadas as características desses/as sujeitos, mais especificamente do público feminino, se submeter aos processos de escolarização nessa “modalidade de ensino se dá em um cenário de desafios que pedem uma concepção de educação que extrapole a escolarização formal e exija novas fronteiras para a construção do conhecimento, através de uma educação permanente e voltada para a vida” (Bastos; Ferreira; Pereira, 2011, p. 156).

“Todavia, [...] percebemos que a escola está longe de compreender esses sujeitos nas suas diversidades e diferenças, ainda que as questões de gênero atravessem essa instituição de ponta a ponta. As mães sobrecarregadas conseguem acompanhar a escolarização dos filhos? Se não tem acesso à escola não têm as competências necessárias para tanto, se têm acesso à escola, não lhes sobra tempo algum para fazê-lo (Eiterer; Dias; Coura, 2014, p.172).

Percebemos, então, que as etapas de escolarização na EJA, principalmente das mulheres, necessitam ser pensadas a partir dos contextos e das suas trajetórias de vida para que não se ofereça um ambiente que é público e gratuito e, ao mesmo tempo, excludente.

Para tanto, considerando essas singularidades, em específico do nosso objeto de pesquisa, as mulheres advindas do campo matriculadas na EJA, perguntamos: Como as instituições de ensino do/no campo que oferecem essa modalidade estão organizadas para receber as mulheres, que muitas vezes são mães e trabalhadoras do campo e enfrentam diariamente o peso da desigualdade social? Diante deste questionamento, podemos refletir o contexto de intensificação das desigualdades sociais relacionada à figura feminina quando esta é residente de comunidades rurais (Marques, 2019), e como ele impacta nos processos de escolarização delas.

¹⁴ Ao se tratar das especificidades da EJA, compreendemos que a educação acontece ao longo da vida, os/as estudantes que ali estão já compreendem a função social da escrita. O que nos leva a questionar: quais princípios e estratégias necessários para construir o currículo da EJA?

4 TECENDO DIÁLOGOS COM MULHERES CAMPONESAS INSERIDAS NA EJA

*“Mas se durante muitos dias o vento e ó frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza”
(Marina Colasanti)*

Neste capítulo, foi realizado a tecitura dos resultados obtidos a partir das vozes das participantes da pesquisa, as quais, por muito tempo, tiveram seus processos de escolarização aquebrantados e cercados de desafios. Diante disso, problematizado com base em autores/as que discutem sobre o tema, inicialmente, com o objetivo de dialogar sobre o direito à educação de todas as pessoas, sobretudo das mulheres camponesas, sujeitas desta pesquisa, neste capítulo também pautaremos discussões sobre a institucionalização das políticas públicas de educação do/no campo e na EJA, bem como os desafios percorridos por essas camponesas durante suas trajetórias de escolarização, que ocorrem intra e extracampo. Ademais, sobre os obstáculos dessas mulheres em ultrapassar as relações de gênero que a elas são impostas, tornando complexa sua permanência ou busca pela escolarização.

4.1 DO DIREITO À EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO PARA AS MULHERES DA EJA: “NO MEU TEMPO NÃO TINHA ESCOLA IGUAL TEM HOJE”

Segundo Haddad (2013), a educação escolar é um direito fundamental para acessar a cultura e saberes construídos e consolidados ao longo da história, este passou a ser, depois de muitas lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais, um direito de todos os seres humanos, independente das suas condições econômicas. Nesse sentido, o que era antes privilégio de uma pequena parcela de pessoas, agora é um direito instituído por lei e, conseqüentemente, um dever do Estado.

Ainda, para esse autor, as políticas educacionais “permanecem insuficientes para reverter as conseqüências perversas das condições de desigualdades em que vive a população brasileira, dada a baixa qualidade da educação e a distribuição desigual dos insumos educacionais previstos nas políticas públicas” (Haddad, 2013, p. 222).

Vale ressaltar que, apesar do direito à educação estar estabelecido desde 1988 pela Constituição Federal (Brasil, 1988), por muito tempo homens e mulheres das classes populares viveram às margens da sociedade em relação ao direito à escolarização, principalmente as mulheres camponesas, uma vez que, no campo, as políticas públicas chegam de forma

negligenciada. Podemos observar tal desatenção aos sujeitos do campo na fala de Maria Helena, de 56 anos:

[...] No meu tempo não tinha escola, igual tem hoje, e quando eu comecei a estudar eu comecei na EJA também aqui, eu comecei na primeira série porque quando nós estudava era esse negócio, estudava quatro meses aí não tinha mais, aquelas professoras que só ensinavam quatro meses e paravam, não tinha prova, não tinha nada, aí eu vim estudar mesmo na EJA, eu comecei do zero, voltei pra primeira, peguei e fui até a terceira, e agora no Pichico eu tô fazendo a quarta e a quinta (Maria Helena, relato oral, 2024).

Como relata a entrevistada, a oferta da educação no campo para pessoas jovens e adultas era tida de forma compensatória, não olhando as especificidades e os direitos de todos/as no processo de escolarização, como prevê o parecer nº 11/2000 do Conselho Nacional de Educação, nas diretrizes educacionais Resolução nº 1 (Brasil, 2002), nº 2 (Brasil, 2008), o Decreto nº 7.352 (Brasil, 2010) e, mais recentemente, a Resolução nº 3 (Brasil, 2025), as quais asseguram os direitos educacionais destinados à essas modalidades de ensino.

Apesar de na Resolução nº 2 (Brasil, 2008) enfatizar que a oferta da Educação de Jovens e Adultos deve preservar o princípio intracampo e ocorrer nas menores distâncias possíveis, durante as entrevistas, as mulheres camponesas denunciaram os desafios encontrados para se deslocarem de suas comunidades de origem até a instituição em que estão matriculadas na referida modalidade, a qual acontece em uma localidade no campo durante à noite.

Maria Rita de 46 anos, declara:

A gente tem que sair daqui e pra ir lá no lugar onde nós estuda não é muito perto, se fosse aqui mais perto era melhor, e além disso, ainda tem esse pedaço de estrada que nós tem que descer daqui pra pegar o carro. E também nas águas o carro não entra, se tiver chovendo nós tem que descer pra estrada a pé, quando chegar da escola tornar descer pra vim pra cá (Maria Rita, relato oral, 2024).

De acordo com as anotações do diário de campo (setembro de 2024), a escola sede¹⁵ do processo de nucleação atente oito comunidades vizinhas e fica aproximadamente sete quilômetros de distância da localidade das participantes da pesquisa. Das seis entrevistadas, Maria Rita e Maria Helena são as que moram mais distantes do ponto do ônibus que trafega apenas na estrada principal¹⁶. Sendo assim, Maria Rita relata essa dificuldade que, na maioria

¹⁵ De acordo com PPP da escola pesquisada, a palavra sede diz respeito à escola escolhida para receber os alunos das outras comunidades que tiveram suas instituições fechadas.

¹⁶ Para as pessoas do campo, a estrada principal é aquela que todos os carros passam e liga a comunidade à cidade.

das vezes, ocorre pelo fato de o calendário ser unificado, isto é, o da escola no campo ser o mesmo da cidade, o que ocasiona as dificuldades no período chuvoso. Além da distância, Maria Helena relata outro desafio que impacta sua trajetória escolar:

Meus filhos e meu esposo, vai me esperar na estrada de noite, dali pra cá é longe. Longe assim, não porque é longe, é porque eu sempre vinha, aí meu filho falou “mãe a senhora não vem de noite sozinha”, tem dia que tem gente no bar ainda, tem dia que não tem, e tem vez que tá claro e tem vez que tá escuro, aí ele “mãe a senhora não fica indo de noite sozinha do bar pra aqui não, que a senhora não sabe quem tá ali dentro daqueles córrego¹⁷”, ali ninguém sabe, é bar, é estrada, ninguém sabe. Aí botei ele pra ir me pegar [...] tem dia que eu chego lá no bar, aí ele tá sentado me esperando (Maria Helena, relato oral, 2024).

Conforme o Projeto Político Pedagógico da escola, as aulas no período noturno (único turno que oferece a EJA no município) ocorrem das 19h às 22 horas. Devido ao trajeto de ônibus que as estudantes têm que percorrer antes e depois da aula, Maria Helena demonstra o medo, a insegurança e a preocupação que o filho demonstra por ela ter que se deslocar à noite sozinha, principalmente por possuir um bar¹⁸ perto de seu trajeto diário. Além disso, ela também aponta que, caso estudasse na própria comunidade, teria muito mais tempo para dedicar a outras atividades:

É, porque se eu for jantar, eu tenho que sair correndo, eu não janto cedo, então cinco e meia já é hora de eu tá arrumando. Então ... se fosse mais perto igual quando nois estudava aqui, quando eu estudava que era no caso nesse colégio aí, dez para as sete nois tava lá, e que hoje sete horas nois já tá no Pichico (Maria Helena, relato oral, 2024).

Sobre isso, Brito (2018, p. 37) chama atenção para as interfaces da política de nucleação e fechamento das escolas no campo, movida muita das vezes pela ideia “de que a manutenção de meios de ensino no campo é economicamente insustentável para os cofres públicos [...] Ademais, trata-se de uma questão ampla e complexa, sua causa decorre de condicionantes que estão fora da escola, para além do setor da escola”. Isto é, há interesses a serem atendidos no campo que não contemplam a classe trabalhadora, almejam somente o crescimento capitalista. Ainda para esse autor, a importância de uma escola no campo é mais do que assegurar um

¹⁷ Os córregos são muito comuns em comunidades camponesas, isto é, são cursos de água em menor porte.

¹⁸ Nas comunidades camponesas, os bares são pequenos estabelecimentos que vendem além de bebidas alcoólicas e não alcoólicas também produtos alimentícios, de limpeza, rações para animais e dentre outras coisas, visto que em comunidades menores não existem mercearias e nem supermercados.

espaço destinado a ensinar, é também um lugar de organização social e de conhecimento e desenvolvimento da identidade cultural e socioeconômica entre os povos da comunidade.

Outra questão é em relação ao transporte, trazida por Maria Felipa:

Nós trabalhávamos muito longe quando era mais nova, quando a gente chegava, tava tudo morta de cansada. A gente chegou até ir uns dias de noite, mas era poucos dias aí desistia. Porque antigamente a gente ia de a pé e hoje não, o transporte passa na estrada, no terreiro. Agora mesmo nós tá estudando por conta do transporte que passa aqui, se fosse de a pé não tinha como nós ir, né? (Maria Felipa, relato oral, 2024).

A importância e necessidade do transporte respaldados na fala de Maria Felipa nos faz refletir sobre a oferta de políticas públicas no campo. Com o Decreto nº 7.352 (Brasil, 2010), o uso de transporte nas comunidades camponesas passa a ser um direito que levam em conta as especificidades de idade e etapas escolares. No entanto, é importante ressaltar que a disponibilidade do transporte público para os/as estudantes da EJA no campo no município de Matina-BA só foi disposta nos últimos quatro anos, antes era disponível apenas para quem se dispunha a estudar na cidade.

Por mais que existam leis que asseguram as duas modalidades, os direitos de uma educação gratuita, de qualidade e o mais próximo possível de suas residências, ainda são parcialmente negados à população, o que reforça desafios que interceptam a escolarização de mulheres residentes no campo.

4.2 ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS E O MUNDO DO TRABALHO: “NA ÉPOCA QUE ERA PRA NÓS TER ESTUDADO, A GENTE TINHA QUE TRABALHAR”

Nesta seção, discutiremos sobre a escolarização de mulheres marcada por desafios e desistência devido às jornadas triplas de trabalho informal. Ao questionarmos as mulheres camponesas matriculadas na EJA, participantes da entrevista, sobre o motivo de desistência ou continuidade da escola, o que mais sobressaiu foram as jornadas de trabalho que, na época, tinha maior prioridade. Dentre os relatos, Maria Rita destaca “o trabalho já foi motivo de desistir, porque na época que era pra nós ter estudado, a gente tinha que trabalhar” (Maria Rita, relato oral, 2024).

Já outra participante descreve:

Nós trabalhávamos muito longe quando era mais nova, quando a gente chegava, tava tudo morta de cansada. A gente chegou até ir uns dias à noite, mas era poucos dias aí desistia. Porque antigamente, a gente ia a pé e hoje não, o transporte passa na estrada, no terreiro de casa (Maria Filipa, relato oral, 2024).

Nessa mesma perspectiva, Maria do Carmo afirma “*Ah, já, já desisti, é o trabalho, era longe demais, eu trabalhava raleando e pegando algodão, aí não dava conta de trabalhar e ir pra escola, então eu desisti*” (Maria do Carmo, relato oral, 2024).

Sobre essa condição, Eiterer, Dias e Coura (2014) afirmam que o papel da mulher em nossa sociedade, com relação ao trabalho, não é algo que ocorre de forma natural, essa característica é moldada pelas relações de gênero que estabelecem seu papel dentro de uma sociedade.

Partindo dessas colocações, podemos ressaltar a desigualdade de gênero atrelada a esta realidade, considerando que, ao ser responsável pelos afazeres da casa, o cuidado com os filhos e o trabalho manual na roça, é notório que a escolarização acaba ficando em segundo plano. Nesse contexto, Bila Sorj (2010) ressalta que as desigualdades de gênero que associam a mulher aos afazeres domésticos estão atribuídas à divisão sexual do trabalho, o que torna a mulher prioritariamente responsável pelos cuidados com a família. Essa realidade se faz presente também na vida das mulheres participantes desta pesquisa, conforme declara Maria Filipa:

O trabalho antigamente foi motivo de desistência, porque era eu sozinha para cuidar dos filhos, então não teve como eu estudasse naquela época, teve um tempo que eu comecei, mas não teve como eu conseguir, era eu sozinha para trabalhar, para assumir as despesas da casa e dos filhos, então eu não dava conta. Se eu desse conta eu tinha estudado (Maria Filipa, relato oral, 2024).

A participante deixa evidente que suas necessidades eram outras, embora o estudo fosse importante, o cuidado com os filhos ocupava um nível mais alto de prioridade na realidade em que ela vivenciava naquele momento, mesmo que atualmente se arrepende devido às dificuldades encontradas pela falta de escolarização: “*quando eu era mais nova arrependi, se naquele tempo tivesse estudado, a gente já tinha outra coisa, já era adiantado, mas naquele tempo eu estava era trabalhando*” (Maria Filipa, relato oral, 2024).

Dentro das divisões de poder, marcadas pelas relações de gênero, as mulheres sempre estarão em desvantagem, pois sempre lhes são atribuídas as funções maternas e do casamento. Deste modo, o campo da Educação de Jovens e Adultos é sempre cercado de histórias de mulheres que precisaram abandonar a escola para se dedicar ao trabalho e ao cuidado com a família (Farias; Carvalho, 2023). Atualmente, mesmo com o acesso mais amplo, de maneira

geral, e de haver políticas em prol da escolarização das mulheres brasileiras, vários fatores ainda dificultam a permanência feminina nas salas de aula (Souza, 2015). As disparidades de gênero fazem parte de uma realidade que ainda é vivenciada por essas mulheres, é mais um desafio dos muitos que enfrentam até hoje, assim como os motivos pelos quais as fizeram desistir da trajetória de escolarização, como discutiremos na próxima seção.

4.3 DESAFIOS E INTERRUPÇÕES NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES CAMPONESAS: “ANTIGAMENTE EU NÃO CONSEGUI PORQUE ERA TRABALHO NA ROÇA, CUIDAVA DA CASA, ERA PRA TUDO”

Nesta seção pautaremos sobre as relações de gênero e o lugar imposto à mulher, dentro de uma sociedade patriarcal. De acordo com Beauvoir (2019), ao longo do tempo e da história que se constrói em torno da vida de mulheres, as relações de gênero sempre se mantiveram presentes na sociedade, no mercado de trabalho, na escola, no ambiente doméstico, e em tantos outros espaços, porém a divisão de funções se estabelece de forma desproporcional, pois sempre se atribui à mulher os afazeres domésticos e o cuidado com a família.

Complementando a fala de Beauvoir (2019), Souza (2015) ressalta que a divisão sexual do trabalho é iniciada desde os exemplos que presenciamos na infância, baseados na divisão de funções que são atribuídas aos sexos masculino e feminino, e que influencia diretamente no acesso à educação escolar pelas mulheres.

Outro aspecto a se considerar é que esta realidade ainda se faz presente em suas vidas nos dias de hoje, são mulheres que ainda trabalham na roça além de serem responsáveis pelos afazeres domésticos, o que não deixa de ser um trabalho, ponderando que, mesmo em casa, a jornada de trabalho acaba sendo mais alta do que se fosse formal, embora o trabalho formal desempenhado predominantemente pelos homens ainda ocupe um lugar de maior credibilidade. Para Gonçalves (2006, p. 43), “o desempenho das tarefas domésticas está longe de se constituir um trabalho improdutivo. Diversamente do que se pensa, trata-se de uma atividade produtiva não remunerada”.

Atualmente eu só faço a lida de casa, mas eu ainda vou na roça trabalho um pouquinho, mas mais é a lida de casa. Antigamente eu trabalhava na roça, plantando, colhendo algodão. Meu serviço era esse, em casa a gente trabalha umas 12 horas, hoje eu sou aposentada, tenho um salário-mínimo. Eu concilio bem o trabalho com os estudos, trabalho durante o dia e estudo a noite. É bom que de dia eu estou trabalhando, e de noite quando eu vou para a escola

eu to distraíndo, vejo os amigos né, e o tempo vai passando (Maria Filipa, relato oral, 2024).

Para Eiterer, Dias e Coura (2014), o trabalho feminino é considerado apenas um trabalho doméstico, pensamento vindo de uma sociedade impulsionada pelo sistema patriarcal. A partir dessas colocações, ao questionar as mulheres, participantes da entrevista, sobre como anda a sua vida atualmente, Maria Rita relata:

Atualmente eu trabalho na roça, o dia todo, vou de manhã venho meio-dia almoço e volto à tarde. A gente planta, limpa e colhe feijão, milho. O ganho depende do produto que a gente planta. Mas tenho o bolsa família. possuo tempo livre somente aos finais de semana, nesse tempo eu cuido da minha casa (Maria Rita, relato oral, 2024).

Nesta mesma realidade, Maria Helena traz que:

Atualmente eu faço, trabalho na roça, trabalho em casa mesmo. Livre? Não, direto eu faço, todo dia, direto eu trabalho, que não tem jeito né, a gente trabalha direto mesmo, às vezes não trabalho assim na roça, pra igual eu trabalhava para as pessoas, eu trabalhava, fazia diária, mas normalmente trabalhando direto em casa para agente, pra mim é direto (Maria Helena, relato oral, 2024).

A situação atual dessas mulheres, em sua maioria, permanece semelhante à de quando eram mais jovens, divididas entre os cuidados com a casa e o trabalho na roça. A principal mudança foi a inserção na escolarização, possibilitada pelo crescimento dos filhos, o que lhes deu a oportunidade de estudar. No entanto, elas continuam sendo inteiramente responsáveis pelo cuidado com a família: *“Eu consigo conciliar hoje, porque é só a lida da casa, mas antigamente eu não consegui porque era trabalho na roça, cuidava da casa, era pra tudo.* (Maria Amélia, relato oral, 2024). Guedes e Daros (2009) apontam que a maternidade e o trabalho produtivo, acabam sendo um aprisionamento para as mulheres, tornando distante a realização de sonhos, que não são vistos de forma tradicional para elas.

“Eu trabalho na roça mesmo, trabalhando de enxada, quando planto para mim mesma. Umás três horas, na roça. Eu mesmo limpo casa, lavo roupa, faço todas as atividades de casa” (Maria do Carmo, relato oral, 2024). Neste sentido, Santos e Almeida (2022) relatam que, ao pensar na mulher do campo, consideramos uma relação de poder, conquista, luta, identidade e reconhecimento que é construída ao longo de sua história, o que influencia diretamente na forma como são vistas pela sociedade atualmente. A fala de Maria do Carmo mostra seu reconhecimento como mulher lutadora que cuida de si e, ainda assim, procura tempo para mudar sua história através da escolarização.

Ademais, além das trajetórias árduas do trabalho no campo, as mulheres camponesas relatam que a maternidade foi também um dos interruptores da escolarização:

O que impediu pra mim não continuar? Porque era assim, meu esposo saiu pra fora e fiquei com os meninos pequenos, aí fui estudar, mas depois não dei conta, os meninos eram tudo traquino, tudo pequeno aí eu não dei conta de estudar (Maria Isabel, relato oral, 2024).

Maria Felipa também diz:

Era eu sozinha pra cuidar dos filhos, então não teve como eu estudasse naquela época, teve um tempo que eu comecei, mas não teve como eu prosseguir, era eu sozinha pra trabalhar, pra dar as despesas da casa e dos filhos, então eu não dava conta. Se eu desse conta eu tinha estudado (Maria Felipa, relato oral, 2024).

Os dois depoimentos acima descritos referem-se a estruturas familiares diferentes, enquanto a primeira é casada e possui uma família tradicional, a outra é mãe solteira. No entanto o processo de escolarização das mesmas foi atingido de forma semelhante, uma vez que historicamente o lugar do pai no ambiente doméstico sempre foi de ausência, isto é, “as responsabilidades parentais são demarcadas pelas construções de gênero e sistemática delimitações sexuais do trabalho na esfera familiar” (Oliveira, 2014, p.45). Similar a esse autor, Fonseca (2021), confirma que as interrupções das mulheres na escola acontecem na maioria das vezes por conta dos filhos, o que traz também consequências aos pais, contudo recai apenas na mulher os custos deste acontecimento, seja ela casada ou não.

4.4 O IMPACTO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA VIDA DA MULHER DO CAMPO: “VOCÊ ENTRA NUM LUGAR, A PESSOA OLHA PRA VOCÊ DIFERENTE... JÁ ACONTECEU COMIGO”

Além das relações de gênero discutidas na seção anterior, as quais impactam diretamente na escolarização das mulheres camponesas, entendemos que trazer debates sobre as questões étnico-raciais para o contexto educacional brasileiro é mais que preciso, uma vez que a escola, como instituição formadora de cidadãos e cidadãs, capaz não apenas de fortalecer as desigualdades, mas também de quebrar paradigmas e prover transformações sociais, tem um papel crucial para descolonizar pensamentos (Leal, 2017).

Assim, ao trazer para debate essas questões, uma das entrevistadas afirma já ter sofrido preconceito racial ao entrar em uma loja

Não tem jeito, por mais que o pessoal fala que tem que acabar com o preconceito. Mas, você entra num lugar, a pessoa olha pra você diferente já aconteceu comigo, outra hora tem duas pessoas numa loja, um exemplo, tem uma pessoa branca e outra da minha cor, o atendente vai atrás de mim e não vai atrás da outra. Outra hora você chega e pergunta tal coisa é quanto? O atendente lhe olha do pé à cabeça, pra depois te responder (Maria Rita, relato oral, 2024).

Como podemos observar no relato de Maria Rita de 46 anos, o racismo e a discriminação ainda são comuns na trajetória das mulheres negras na sociedade brasileira. Reiterando as ideias iniciais, Ferreira e Oliveira (2012) também veem o racismo como um problema cultural e de mentalidade, possível de ser resolvido mediante a intervenções educativas no sistema escolar. Nesse sentido, é de extrema necessidade a construção de currículos antirracistas nas escolas brasileiras, tendo em vista que mais da metade da população se declara com ascendência africana e, mesmo assim, ainda prevalece o “imaginário colonial, que muito está a serviço da manutenção de formas de pensar opressoras, e equivocadas quando se refere ao olhar sobre o outro, em especial sobre os negros, suas culturas e ancestralidades” (Gomes, 2022, p. 154).

Além de Maria Rita, nenhuma outra participante relatou ter sofrido qualquer tipo de preconceito, no entanto, tinham dificuldades em identificar a cor da pele. Por exemplo, ao perguntar umas das colaborados sua cor, ela olhava para os brancos, pensando o que responder, e logo em seguida disse: “*Não sei, acho que é morena, ou é preta?*”. Mediante a isso, é perceptível que essa questão pode ser o reflexo da sociedade racista em que estamos inseridos, a qual impacta fortemente na construção de identidades (Leal, 2017). Neste aspecto, defendemos a importância Lei nº 10.639/03 na construção de projetos que incentivem os estudantes no cotidiano escolar a valorizarem a diversidade étnico-racial no país e, com isso, fortalecer sua identidade cultural mediante o conhecimento e importância da luta desses povos para reverter o racismo enraizado nas estruturas da sociedade.

Diante dos desafios tecidos no decorrer desse capítulo sobre a negação de direitos, a falta de políticas públicas nas escolas do campo, trabalho, maternidade e preconceito racial, o próximo propõe-se a tratar dos sonhos, necessidades e projetos de vida com relação à escolarização das mulheres camponesas.

5 A SEMENTE DE UM SONHO: PROJETOS DE VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS

“E descalça, para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear” (Marina Colasanti)

Para Carvalho (2021), os projetos de vida significam ter planos de ação a longo prazo, seja no campo profissional, afetivo ou escolar. Os diálogos tecidos neste capítulo visam descrever as perspectivas e projetos de vida das mulheres camponesas, participantes da pesquisa, com relação à escolarização nas suas trajetórias de vida, as quais apesar das muitas dificuldades que surgiram em seus caminhos, no atual contexto e dentro das suas condições, sobem longas escadas e continuam a lutar para germinar seus sonhos.

5.1 O LUGAR DA ESCOLARIZAÇÃO: “É PORQUE SEMPRE EU TIVE O SONHO DE FORMAR”

Pautadas na construção e realização dos projetos de vida das mulheres camponesas inseridas na EJA, podemos constatar que são muitos os sonhos deixados no meio do caminho por conta da maternidade, do trabalho e de outros fatores de cunho histórico e social que afetam e afetaram sutilmente a escolarização das pesquisadas.

Em um breve diálogo com o estudo de Carvalho (2021), realizado com jovens mulheres da EJA, percebemos que, ao se tratar de jovens, os projetos de vida tomam outras dimensões em relação ao das mulheres adultas.

Possuir um solo de trajetórias interceptadas por desafios como a gravidez na adolescência, relacionamentos abusivos, exploração de sua força de trabalho, interrupções na escolarização, entre outras, as jovens mulheres matriculadas na EJA nutrem múltiplos sonhos e desejos, que oscilam entre a compra da casa própria e a inserção na universidade. Então, para as participantes deste estudo, possuir a casa própria e inserir-se no mercado de trabalho, garantir a independência financeira, faz parte dos projetos de vida da maioria delas (Carvalho, 2021, p. 147).

Já algumas mulheres participantes desta pesquisa, devido suas idades, traduzem seus projetos apenas na conclusão da educação básica *“sempre tive o sonho de realizar meu sonho*

de formar, aí eu tô naquilo pegando com Deus e vamos ver se eu consigo formar, que é meu sonho” (Maria Isabel, relato oral, 2024).

Outras, apesar de terem o sonho de cursar o ensino superior para serem professoras, acreditam que não conseguirão concluir o ensino básico, por conta do tempo:

Não sei se dá tempo eu formar, se desse (pensa). Eu pretendo continuar se Deus quiser. Eu tinha muita vontade de ser professora, mas minha cabeça não dá não. Mas se desse eu tinha vontade. Eu enfrento essa dificuldade porque eu tenho vontade de aprender, por isso que eu enfrento. Eu acho a coisa mais bonita, uma pessoa pegar uma coisa assim, e ler desembaraçado, eu acho tão bonito (Maria Felipa, relato oral, 2024).

Outra participante complementa:

Não espero formar não, se Deus me ajudar eu vou ir mais, mas não sei se dá tempo não, porque não dá não, é muito tempo. E você vê que o tempo de vida da gente tá sendo muito curto, as pessoas tá indo muito novo. Eu só quero passar o tempo, se eu aprender um pouquinho a mais já tá bom, eu queria mesmo era aprender ler um pouquinho. Agora formar tá um pouco difícil, vou estudar até onde Deus quiser (Maria Amélia, relato oral, 2024).

Semelhante às demais, Maria Rita também desacredita na conclusão dos estudos, no entanto, trata esse processo como libertador, acreditando que a escolarização trará sua independência: *“Continuar estudando pra adquirir a própria independência. Mesmo que a gente não formar, mas enquanto a gente poder e conseguir tendo chance a gente vai indo”* (Maria Rita, relato oral, 2024).

Como podemos observar, a maioria das entrevistadas não demonstra acreditar nos projetos de vida longevos, principalmente no âmbito profissional e escolar. Apenas uma almeja e expõe o desejo de alcançar uma trajetória mais longa na educação, *“desejo de estudar pra ser alguma coisa, ou professora, essas coisas assim. Eu espero fazer algum curso né, alguma coisa”* (Maria Helena, relato oral, 2024).

Diante desses relatos, é notório que os projetos e sonhos de mulheres adultas que vivem no campo baseiam-se na vontade de concluir a escolarização. Por mais que tenham sonhos grudados durante anos, não acreditam que podem conquistá-los. Já no estudo de Carvalho (2021), notamos que as jovens mulheres estudantes da EJA visam ter a casa própria, inserir no mercado de trabalho e ingressar na universidade.

Ademais, outro ponto que merece destaque sobre o sentido de voltar a estudar para essas mulheres são os filhos, os quais, ao mesmo passo que foram motivo de interrupção dos estudos

discutido na seção anterior, à época da pesquisa foram também a causa de suas mães voltarem a estudar:

Eu só vim ter oportunidade de estudar agora, depois que os filhos se casaram, fiquei sozinha [...] pra voltar a estudar eu tive incentivo da minha filha, ela falou assim: não mãe é bom a senhora estudar, porque agora a senhora tá sozinha em casa, a senhora distrai um pouco, aprende mais um pouco. A senhora tem vontade de escrever seu nome, a senhora aprende. Como de fato, eu aprendi escrever meu nome graças a deus. Pouquinho assim, não correto, não é correto, mas soletrando eu já falo muito nome. Agora pra ler igual esses novo de hoje, não. Soletrando eu já leio um pouquinho (Maria Filipa, relato oral, 2024).

O apoio da filha para a mãe que agora se encontra sozinha demonstra a importância de a escola ser um ambiente acolhedor e pensado de forma singular para cada modalidade e etapa que oferece. Considerando que as pessoas residentes no campo, pertencentes à EJA, são trabalhadores/as, mães, na situação de Maria Felipa e com o desejo enorme de aprender o que não lhes foi possível durante a infância e juventude. Somando a essa necessidade, acrescenta-se também no atual contexto as aprendizagens relacionadas ao mundo digital, que aparece como um dos motivos para sua retomada à escola, como dialogado na seção seguinte.

5.2 A BUSCA PELA INDEPENDÊNCIA COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS: “O MOTIVO QUE ME FEZ VOLTAR PARA A ESCOLA, É PORQUE A GENTE ENCONTRA MUITA DIFICULDADE[...] É TUDO NO APLICATIVO, A GENTE NÃO SABE MEXER”

Na sociedade contemporânea, o uso das tecnologias digitais vem a cada dia adentrando os diversos âmbitos da nossa vida social e cultural. Atualmente, sem sair de casa conseguimos conversar e ver em tempo real um parente de outro estado ou país, pagar contas, comprar e até mesmo vender, ou seja, com um simples acesso podemos facilitar o nosso cotidiano.

No caso dos/as estudantes da EJA, ao voltarem para a escola nos dias atuais, muitos buscam não apenas a alfabetização, mas um processo de ensino e aprendizagem que tende a suprir suas demandas cotidianas, principalmente no que diz respeito às dificuldades trazidas pelo crescimento industrial: as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (Menezes; Benvenuti, 2020). Essa situação assemelha com alguns depoimentos das entrevistadas:

O motivo que me fez voltar para a escola, é porque a gente encontra muita dificuldade, por exemplo aqui nem tanto, mas se nós precisar sair pra fora a gente encontra muita dificuldade. Por exemplo, hoje mesmo negócio de banco

é tudo no aplicativo, a gente não sabe mexer. Uma viagem se precisar fazer a gente não consegue ir sozinho (Maria Rita, relato oral, 2024).

É por mim mesmo que voltei a estudar. Assim, sempre se vai fazer uma coisa precisa está dependendo dos outros, ah como que é aquilo, como que é aquilo lá. Se chegar precisar, ir num canto, se eu ver lá um nome eu não preciso tá procurando, e antigamente quando eu não sabia precisava chamar uma pessoa pra perguntar. Hoje eu tenho mais dificuldade no celular, tem hora que tem coisa no celular que eu não sei ver, o Facebook mesmo eu não mexo, tenho medo de mexer e fazer coisa errada, eu só mecho mais no WhatsApp (Maria Helena, relato oral, 2024).

Como relatado por Maria Rita e Maria Helena, as demandas que envolvem a cultura escrita são tamanhas e estão a cada dia se desenvolvendo com as novas tecnologias digitais, como exemplo, os aplicativos de bancos e as redes sociais. Para elas, estarem na escola no contexto atual é mais que se alfabetizar, e sim lidar com essas novas ferramentas que o mundo tecnológico exige.

Daí a necessidade de um currículo próprio, pensado a partir das vivências e necessidades cotidianas dos sujeitos da EJA. Visando a inserção destas/destes na cultura digital, a escola, como um espaço destinado à formação cidadã para viver e usufruir de forma crítica, reflexiva e emancipadora na sociedade, carrega um importante papel de inclusão e letramento frente às tecnologias digitais, isso porque “a inclusão digital é um dos meios na sociedade contemporânea para o enfrentamento das desigualdades sociais (Malaggi; Miyashiro, 2020, p. 196), principalmente para esses indivíduos que enfrentam a dupla jornada de trabalho e escola, buscando reverter suas situações de vulnerabilidade de acesso.

Diante do exposto, compreendemos que a escolarização na vida das mulheres camponesas do município de Matina-BA ocupa um espaço repleto de sonhos: o da independência, da formatura e do ensino superior. Por mais que encontrem desafios para vencer esse processo, diante das conversas tecidas nesse trabalho, elas demonstram garra e força de vontade em permanecer na escola. Para elas, a ideia de estar na EJA é mais do que aprender conteúdos, é também esquecer a rotina cansativa do trabalho cotidiano fazendo da escola um lugar de refúgio, como aponta Maria Amélia de 63 anos: “*Eu não me sinto idosa na EJA, porque lá a gente esquece de tudo*” (Maria Amélia, relato oral, 2024). Semelhante a ela, Maria Filipa também diz: “*É bom que de dia eu tô trabalhando, e de noite quando eu vou pra escola eu tô distraíndo, vejo os amigos, e o tempo vai passando*” (Maria Filipa, relato oral, 2024). Por fim, entendemos que a escolarização para essas mulheres se tornou um espaço amplo que almeja além do ensinar e aprender, um lugar de lazer acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A TECITURA DOS ACHADOS

“Porque tinha descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que ele poderia lhe dar” (Marina Colasanti)

Há muito tempo a escolarização das pessoas de classes populares é interpelada por diversos desafios. A negação do direito de estar na escola surge principalmente através das desigualdades sociais, as quais exigem que esses sujeitos/sujeitas vivam em função da sobrevivência diária, deixando o sonho de estudar em segundo plano. Nesta monografia, nos dedicamos a dialogar com as vozes de um grupo específico: seis mulheres camponesas inseridas na EJA em uma pequena comunidade do campo no município de Matina-BA que, além vivenciar uma situação socioeconômica de escassez, ainda foram e são atravessadas pelas relações de gênero historicamente construídas e que interseccionam com outras questões, as quais fizeram do processo de escolarização um caminho distante, excludente e difícil. Ademais, a situação de suas infâncias e juventudes impuseram a elas a anulação de seus sonhos para se dedicarem ao trabalho no campo, doméstico e ao cuidado com a família.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa almejou, de início, analisar o lugar da escolarização na vida das mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA, bem como refletir sobre o acesso à escolarização a partir das políticas de EJA e da Educação do Campo e descrever as perspectivas das mulheres camponesas com relação a esse processo em suas trajetórias de vida. Em vista disso, o estudo mostra que a escolarização tem um lugar importante em suas vidas, uma vez que é mediante a esse percurso que algumas buscam uma formação ampla com ingresso no ensino superior, a independência para realizar viagens e lidar com o atual contexto tecnológico, a realização do sonho de aprender a ler e escrever, e até mesmo para suprir a solidão do dia a dia.

Apesar das melhores condições de acesso e permanência no contexto atual, os principais resultados da pesquisa mostram que as trajetórias dessas mulheres foram marcadas por muitos desafios. Primeiramente pela falta de acesso de qualidade, como a escassez de políticas públicas no campo que ocasionou na falta de transporte, de professores, na constituição de salas multisseriadas e programas governamentais de forma acelerada que não atendia a necessidade dos/das educandos/as. E em seguida, por razões pessoais como a maternidade precoce e solo, o trabalho árduo da roça e em casa (atividades domésticas e de cuidado) que, em nossa sociedade,

é atribuído à mulher. Percebemos, então, que a escolarização tem um sentido significativo em suas trajetórias, todavia, é marcada por lacunas.

Contudo, é essencial o reconhecimento do quanto a valorização da EJA e a Educação do Campo, enquanto políticas públicas, pode ser importante na vida destas e de várias outras mulheres que tiveram suas trajetórias de escolarização interrompidas pelo trabalho, maternidade e outras tantas desigualdades interseccionadas. Nesse sentido, lutar por políticas educativas que assegurem o direito do acesso, a qualidade na permanência e na conclusão da escolarização ao longo da vida é mais que preciso, uma vez que reingressar na educação básica pode representar parte do processo de resistência em busca de igualdade social e empoderamento, com o objetivo de mudar suas histórias e ressignificar seus futuros, conquistando novos espaços que podem ser proporcionados pela formação acadêmica.

Por fim, os resultados desta pesquisa reforçam a relevância das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas nessa modalidade, reconhecer e valorizar os saberes cotidiano dessas mulheres, visto que elas chegam na EJA carregadas de experiências e saberes, no entanto, se sentem constrangidas por terem a ideia de que não sabem de nada (Carvalho, 2024). É essencial metodologias que tragam o uso de tecnologias em sala de aula, de modo que possam acompanhar o grande avanço tecnológico que ocorre a cada ano, as práticas pedagógicas precisam ocorrer de diferentes formas, e a inclusão de tecnologias na EJA, para atividades que fazem parte do cotidiano dessas mulheres, é uma delas.

Nesse sentido, quando lhes é atribuído o acolhimento de seus saberes, essas mulheres tendem a desenvolver novos sentidos para a escola, ou seja, um espaço em que é possível aprender e ensinar. Dessa forma, é essencial que futuras pesquisas tragam sempre um olhar crítico sobre os principais fatores que interpelam a escolarização de mulheres, sobretudo a das camponesas visando, assim, a reversão de ideias misóginas, patriarcais e sexistas.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Branços estudam em média 10,8 anos; negros, 9,2 anos.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/brancos-estudam-em-media-108-anos-negros-92-anos> . Acesso em: 06 de mai. 2025.

AQUINO, Evelyn Cristine Pereira de; BRITO, José Eustáquio de; COSTA, Vânia Aparecida. Trajetórias de mulheres da Educação de Jovens e Adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra. *In: 37º Reunião Nacional da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais [...] UFSC – Florianópolis, 2015.*

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. Educação de Jovens e Adultos (EJA). *In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidades pública.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Ludimila Corrêa; FERREIRA, Luiz Olavo Fonseca; PEREIRA, Júlio Cesar Matos. Escolarização. *In: SOARES, Leôncio (Org.). Educação de Jovens e Adultos: que revelam as pesquisas.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.149-181.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 5. Ed. Nova fronteira: Rio de Janeiro, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União.** Presidência da República: Brasília, DF [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**. Brasília: CNE: MEC, mai. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**: caderno de subsídios. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**. Presidência da República: Brasília, DF [2002]. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. **Diário Oficial da União**. Presidência da República: Brasília, DF [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial da União**. Presidência da República: Brasília, DF [2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRITO, Crislayne dos santos. **Fechamento das escolas do Campo no município de Monte Santo-Ba**: implicações para algumas comunidades rurais. 2018. 94f. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, BA, 2018.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 2001.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. **As jovens mulheres na Educação de Jovens e Adultos e a constituição de seus projetos de vida**. 2021. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. Violência de gênero: o que dizem as jovens mulheres da Educação de Jovens e Adultos no alto sertão da Bahia. **GÊNERO**, Niterói, v. 20, n. 2/1. sem 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/44573>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CARVALHO, Maria de Fatima Pereira; EITERER, Carmem Lúcia. Projetos de futuro de jovens mulheres inseridas na educação de jovens e adultos no Alto Sertão da Bahia. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111352.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111352>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CARVALHO, Renata Brito de. **Narrativas das estudantes idosas na EJA Queimados: uma perspectiva de valorização de histórias de vida e memórias**. 2024. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ. Rio de Janeiro, 2024.

COLASANTI, Marina. *A moça tecelã*. 1. Ed., 9ª reimpressão - São Paulo: Global, 2004.
EITERER, Carmem Lucia; DIAS, Jacqueline D'arc. COURA, Marina. Aspectos da escolarização de mulheres na EJA, **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 161-180, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p161>. Acesso em: 05 jun. 2025.

FALEIRO, Wender. FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 833-846, jul./set., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/srxqNnCnDnNFRh5Nptxb3L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2025.

FARIA, Ivan; SANTOS, Jaiana da Silva. Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do nordeste brasileiro. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais [...] UFPA-Pará*, 2021.

FARIAS, Joelma Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. Relações de gênero na Educação de Jovens e Adultos: o que dizem estudos e pesquisas? **Revista ComCiência**, [S. l.], v. 7, n. 9, p. 263–267, 2023. DOI: 10.36112/issn2595-1890.v7.i9.p263-267. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/18438>. Acesso em: 4 mai. 2025.

FARIAS, Magno Nunes. FALEIRO, Wender. NEIVA, Aldanice Martins. “Rompendo as porteiras para poder construir algo diferente”: mulheres camponesas na universidade. **Revista Ocupación Humana**, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: <https://latinjournal.org/index.php/roh/article/view/1074>. Acesso em: 05 jun. 2025.

FERREIRA, Maria José de Resende, OLIVEIRA, Luciano. A questão étnico-racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 77-86, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/27>. Acesso em: 05 jun. 2025.

FONSECA, Rosilaine Gonçalves da. **Educação e maternidade: trajetórias escolares de jovens mulheres da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Maré/RJ**. 259f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. Ed. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. Experiências de trabalho de mulheres estudantes do PROEJA. *In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais [...] UFSC – Florianópolis, 2015.*

GOMES, Luiz Rafael. A imagem de África e o currículo branqueado. *In: SILVA JUNIOR, Diomario da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; FERREIRA, Michele Guerreiro; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs.). Pedagogias Decoloniais e Antirracismos: a Potência das Práxis Decoloniais. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.*

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço social em revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, 2009. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053>. Acesso em: 05 jun. 2025.

HADDAD, Sérgio. direito à Educação. *In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.*

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 03 jun. 2024.

LEAL, Maristela Pereira. **As Inter-Relações entre Discriminação Racial, de Gênero e Exclusão Social na Trajetória de Mulheres Negras da EJA**. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, DF, 2017.

LIMA, Marcia Araújo Ribeiro. Memória de interdições ao direito à educação: narrativa de dona Malvina do sítio Santa Rita – RJ. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais [...] UFPA-Pará, 2021.*

LOBATO, Gerusa Leilane Batista; CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. Educação de Jovens e Adultos: direito à escolarização para mulheres. **Revista ComCiência**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 43-48, 2023. Disponível em:
<https://revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/19222>. Acesso em: 05 jun. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALAGGI, Vitor; MIYASHIRO, Rosana. Inclusão digital de jovens e adultos e educação popular: fragmentos analíticos de experiências no Círculo de Cultura Digital. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 193-218, jan.-abr. 2020. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49586>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MARQUES, Tatyane Gomes. “Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça. *In*: 38ª Reunião Nacional da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Anais [...]** São Luiz-MA, 2017.

MARQUES, Tatyane Gomes. Um. **Um pé na roça - outro na Universidade**: experiências de acesso e permanência de jovens mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2019. 366 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MATINA [Prefeitura Municipal]. **Documento Curricular Referencial Municipal de Matina** – Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Matina – Bahia: Secretaria de Educação. 2020.

MENEZES, Ana Paula da Silva; BENVENUTI, Juçara. Inclusão digital e o mundo do trabalho na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Entrelinhas**, Boa Vista, v. 14, n. 01, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/23476>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: Teoria métodos e criatividade. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

NARVAZ, Martha G.; SANT’ANNA, Sita Mara L.; TESSELER, Fani A. Gênero e Educação de Jovens e Adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. **DIALOGO**, Canoas, n. 23, p. 93-104, ago. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113442>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Rônisson de Souza de. **As mães dos “filhos da mãe” em Tefé-Am**: a ilusão dos impactos da ausência. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM, 2014.

OLIVEIRA, Deiviani de; BRIDI, Luan Eudair; LUIZ, Miriã Lúcia; ALCÂNTARA, Regina Godinho. Trajetórias de mulheres camponesas s no Espírito Santo: permanências e discontinuidades. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3 n. 4, p. 1221-1248, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/5240>. Acesso em: 05 jun. 2025.

PEREIRA, Jamylle Costa; CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. Modos de vida de jovens mulheres inseridas na Educação de Jovens e Adultos no alto sertão da Bahia. **Revista ComCiência**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 89-93, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/19233>. Acesso em: 05 jun. 2025.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Território da cidadania Velho Chico**. Ibotirama, Bahia, 2010.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. EITERER, Carmem Lúcia. “Nem tudo são flores”: a interface da educação popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas Comunidades Eclesiais De Base. *In*: 38ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** São Luís, MA, 2017.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. Trajetórias de vida e práticas educativas de Mulheres Camponesas Em Movimento(S). *In*: 41ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** Manaus, AM, 2023.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; EITERER, Carmem Lucia. As Práticas Educativas de Regulação e Emancipação na EJA. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GBgLN6gndSWfSyqFh7476Nr/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17. p. 179-207, mai./ago., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wTpThTHwDnN3j3m6sjfcdNK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SANTOS, Dislaine Dias dos; ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. Mulheres camponesas e trabalho: configurações e desafios. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, [S. l.], v. 1, n. 35, fluxo contínuo, p. 123–135, 2022. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1500>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. As mulheres da via camponesa: processos educativos e organizativos no Brasil e Chile. *In*: 37ª Reunião Nacional da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Anais [...]** UFSC – Florianópolis, 2015.

SIEBER, Shana Sampaio; FUNARI, Juliana Nascimento; MORAES, Lorena Lima. “Se eu não tivesse casado, eu não tinha parado de estudar”: desafios para igualdade de gênero no acesso à educação de jovens e adultos do campo à cidade. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3373>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, Maicon Donizete Andrade. Pedagogia histórico-crítica: premissas emancipatórias para a prática educativa. **Revista Contemporânea de Educação**, Brasília, v. 17, n. 38, jan/ mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/42591>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SILVA, Marcia Alves. Pedagogia feminista: narrativas autobiográficas, saberes e fazeres de mulheres camponesas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 4, p. 316-323, out./dez., 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102018000400316. Acesso em: 05 jun. 2025.

SIMON, Everton Luiz; VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. “Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma Escola

Família Agrícola. *In*: 40ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** Rio de Janeiro, RJ, 2021.

SOARES, Sônia Gonçalves. **Relações de gênero e suas implicações no processo de aprendizagem na educação de jovens e adultos**. 2019. 46 f. Monografia (Especialização)-Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 2019.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. *In*: COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betância de Melo (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SOUZA, Nina Mota de. **Narrativas de professores sobre a experiência com o PIBID: sentidos da docência e a constituição de si**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2015.

SOUZA, Talita da Silva; CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. Jovens mulheres camponesas inseridas na EJA e as relações de gênero. *In*: XXI Semana Acadêmica da Universidade do Estado da Bahia. **Anais [...]** Guanambi, Bahia, 25 a 27 de setembro de 2024.

SOUZA, Naiara do Prado; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. Trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas de mulheres camponesas de Caetitê-Bahia. **Revista ComCiência**, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 219-238, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/19276>. Acesso em: 05 jun. 2025.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke; CORRÊA, Aline Mesquita; MORETTI, Cheron Zanini. Silêncios e vozes das mulheres na Pedagogia da Alternância: problematizações a partir do “nó histórico” e da “do-discência”. *In*: 40ª Reunião Nacional da ANPEd. **Anais [...]** Rio de Janeiro, RJ, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XII
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: /_____/_____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____/(____) _____/_____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** “O lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA”
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Maria de Fátima Pereira Carvalho
Cargo/Função: Professora Orientadora

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “**O lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA**”, de responsabilidade das pesquisadoras Renata Batista de Souza e Talita da Silva Souza, graduandas do curso de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII/Guanambi. Tendo como objetivo da pesquisa, analisar o lugar da escolarização na vida das mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA.

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios, como contribuir para o campo de pesquisa da EJA, de modo que conheçam o perfil e as trajetórias escolares de mulheres residentes do campo que estudam na EJA. Caso aceite, a senhora será entrevistada e esta entrevista será gravada em vídeo/áudio que terá seu prontuário avaliado pelas alunas Renata Batista de Souza e Talita da Silva Souza, do curso de graduação em Pedagogia. Devido a coleta de informações a senhora poderá se sentir constrangido/a ou incomodado diante de alguma situação ao lembrar dos momentos de tristeza em sua vida. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, a Sra não será identificada. Caso queira a senhora poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que a senhora apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e a Sra caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclarecemos ainda que de acordo com as leis brasileiras a Sra tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. A senhora receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Em qualquer momento, entre em contato conosco ou com nossa orientadora, para novos esclarecimentos sobre a pesquisa, por meio dos telefones e endereços que se encontram logo abaixo.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Maria de Fátima Pereira Carvalho

Endereço: Rua Hermes da Fonseca, 258, Bairro Santo Antônio, Guanambi/Bahia

Telefone: (77)991547746, **E-mail:** fl3carvalho@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1º andar-Cabula, Salvador- BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que após ter sido devidamente esclarecido pelas pesquisadoras sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **“O lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de**

Matina-BA”. e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário. Consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra ficará comigo.

Matina, 17 outubro de 2024.

Assinatura do participante da pesquisa

Renata Batista de Souza
Graduanda em Pedagogia
TEL. (19) 993067388
E-mail: renata.souza290796@gmail.com

Talita da Silva Souza
Graduanda em Pedagogia
TEL.(77)991215780
E-mail:talitadasilvasouza6@gamil.com

Prof.^a Maria de Fatima Pereira Carvalho (Orientadora)
Tel. (77)991547746 E-mail: f13carvalho@hotmail.com

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM JOVENS MULHERES INSERIDAS NA EJA

Este roteiro semiestruturado faz parte da pesquisa referente ao trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia das estudantes Renata Batista de Souza e Talita da Silva Souza intitulada “O lugar da escolarização na vida de mulheres camponesas matriculadas na EJA no município de Matina-BA, desenvolvida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Carvalho. Nestas entrevistas, buscam-se conhecer e analisar os sentidos e significados da escolarização para as jovens mulheres camponesas inseridas na EJA.

1. Boa noite, gostaria que você falasse um pouco sobre você: Nome, idade, origem, estado civil, se tem filhos ou não, cor, religião, onde mora e com quem...
2. Conte-me um pouco de como anda a sua vida atualmente: o que faz? Trabalha em que? Quantas horas trabalha por dia? Quanto ganha? Possui carteira assinada? Você possui algum tempo livre? O que faz nos tempos livres (se tem)?....
3. Como é conciliar o seu trabalho com os estudos?
4. O trabalho já foi motivo da sua desistência ou continuidade da escola?
5. Fale um pouco como é a sua relação com a família (pais, irmãos, filhos, companheiro)?
6. Para estar aqui na escola você recebeu ou recebe incentivo e apoio de alguém? De quem?
7. O que você espera da escola para a sua vida? Você pretende continuar os estudos, até quando? Quais suas expectativas após concluir os estudos? Já desistiu de estudar alguma vez? Por qual motivo? Se arrependeu?
8. Me fale um pouco da experiência de ser estudante da EJA. Sente alguma dificuldade para estar na EJA? Quais? Estas dificuldades têm a ver com o fato de ser jovem e mulher, ou não? Como você tem enfrentado essas dificuldades/desafios para permanecer na escola?
9. Você já vivenciou ou testemunhou alguma experiência de preconceito, discriminação e assédio sexual aqui na escola ou fora dela enquanto jovem mulher? Se sim, você pode me contar?
10. Você já sofreu preconceito na escola por morar no campo? Você se reconhece como uma mulher camponesa? Como você acha que a escola trata as pessoas advindas das comunidades campesinas? Como mulher camponesa quais os principais desafios que você encontrou e

encontra para frequentar a escola?

11. Me fale um pouco sobre os seus planos para o futuro. Você tem planos para a sua vida futuramente? Quais? Para daqui a quanto tempo?

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DA EMENDA**

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS E MODOS DE VIDA DE JOVENS MULHERES INSERIDAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SERTÃO PRODUTIVO E VELHO CHICO DA BAHIA

Pesquisador: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA
CARVALHO **Área Temática:**

Versão: 3

CAAE: 45271921.2.0000.0057

Instituição Proponente:UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.761.049

Apresentação do Projeto:

Justificativa da Emenda:

Diante da grande presença de estudantes no curso de Pedagogia do DEDC XII da UNEB provindos de municípios vinculados ao Velho Chico, solicito deste Comitê de Ética a autorização para ampliar este projeto de pesquisa envolvendo as juventudes inseridas na EJA dos municípios vinculados ao referido território, a partir dessa emenda, como já dito, no Departamento de Educação/campus XII temos muitos/as estudantes que residem nas cidades e/ou campo dos municípios vinculados ao Velho Chico que desejam aprofundar seus estudos (trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, etc) no campo das juventudes inseridas na Educação de Jovens e Adultos no referido território

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer e analisar as trajetórias e os modos de vida de jovens mulheres que frequentam a educação de jovens e adultos, analisando de que maneira a escolarização toma parte deles.

Objetivo Secundário:

Identificar o perfil etário, racial e profissional das jovens mulheres matriculadas na EJA na rede pública de ensino dos municípios que pertencem aos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Velho Chico, no estado da Bahia.

Página 01 de

Descrever as trajetórias e modos de vida de jovens mulheres da EJA.

Identificar e descrever as representações das juventudes para as jovens mulheres da EJA.

Descrever os sentidos e significados da escolarização para as jovens mulheres inseridas na EJA.

Analisar de que maneira a escolarização está inserida nas trajetórias e nos modos de vida das jovens mulheres da EJA.

Analisar como o currículo escolar dialoga com as trajetórias e modos de vida das jovens mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios apreciados no projeto original e sem modificações na ampliação do cronograma.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sem necessidade de apresentação de novos documentos.

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final.

Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera a emenda APROVADA para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera a emenda APROVADA para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_231598_2_E2.pdf	02/04/2024 15:21:16		Aceito
Outros	Emenda_Maria_de_Fatima_Carvalho.docx	02/04/2024 15:12:14	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/04/2021 07:06:20	Aderval Nascimento Brito	Aceito
Outros	Justificativa_de_ausencia_do_Termo_DE_AUTORIZACAO_DA_COPARTICIPANTE.pdf	06/04/2021 12:03:35	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_da_proponente.pdf	06/04/2021 10:29:06	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.doc	06/04/2021 10:13:23	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_da_pesquisa.doc	05/04/2021 11:33:37	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	05/04/2021 11:32:02	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Outros	TCLE_DO_REPONSAVEL_PELo_MENOR.docx	05/04/2021 08:45:18	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_do_pesquisador.doc	05/04/2021 08:19:46	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.docx	05/04/2021 08:15:26	MARIA DE FÁTIMA	Aceito

			PEREIRA CARVALHO	
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_DO_MENOR.docx	05/04/2021 08:13:00	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_deconcordancia_com_o_de_senvolvimento_do_projeto_de_pesquisa.doc	05/04/2021 08:12:06	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Página 03 de

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 12 de Abril de 2024

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))